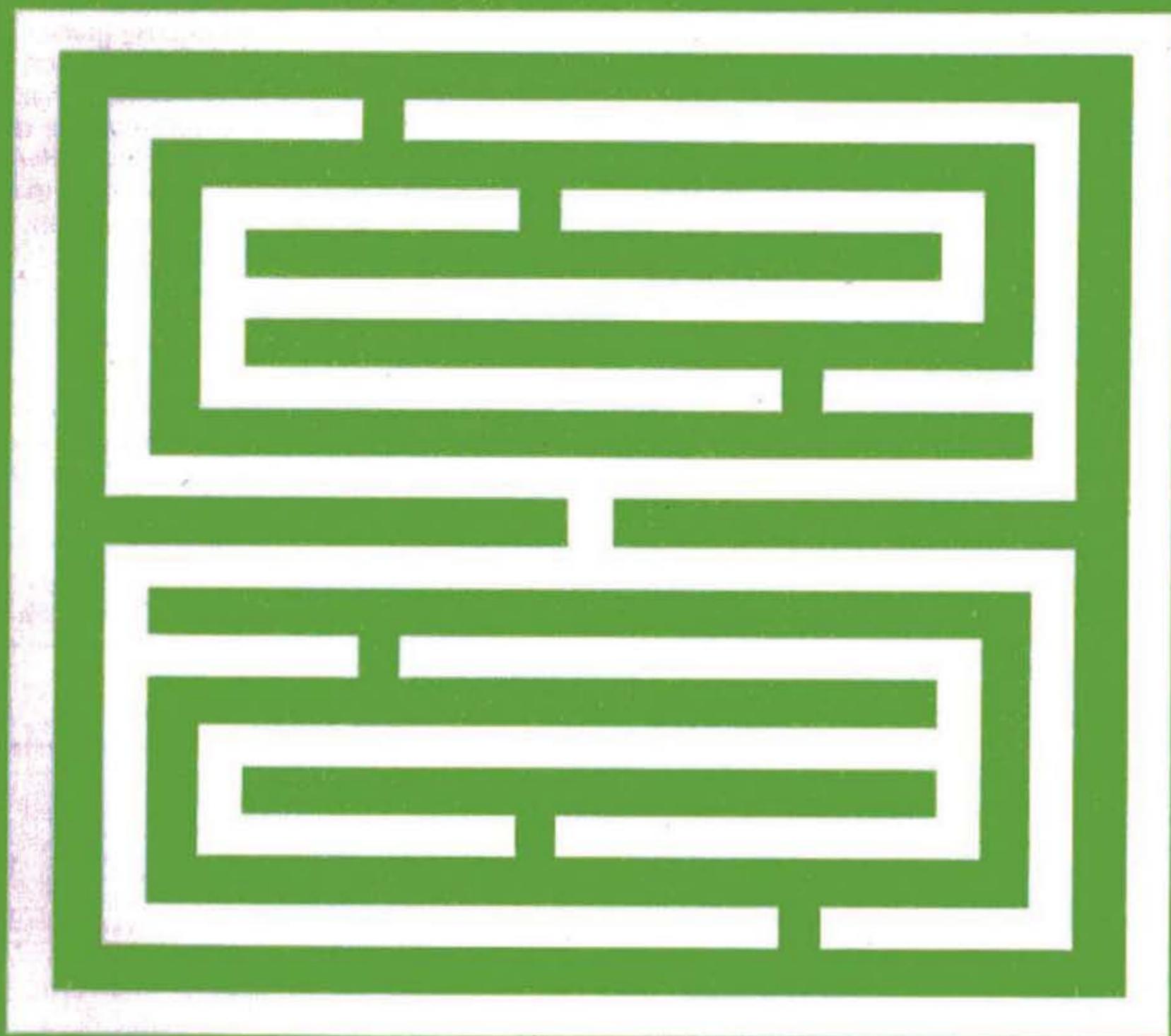


convergencia

MAI — 1989 — ANO XXIV — Nº 222



- **MARIA NA VIDA E NA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA**
Dom Ivo Lorscheiter — página 200
- **EVANGELIZAÇÃO COMO MISSÃO DA VIDA RELIGIOSA**
Pe. Edênio Valle, SVD — página 221

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:
Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:
Pe. Ático Fassini, MS
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, CF
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1989

Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea	NCz\$ 19,85
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea	US\$ 48,00
Número avulso	NCz\$ 1,98

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Quer ser, figurativamente, o esboço da idéia de um labirinto, ou seja, coisa confusa, enigmática, enredada, tortuosa. Examinando, verá: este nosso destaque seletivo, mais do que arte, é artifício. Convergência é a revista da CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. E a CRB objetiva promover e animar a Vida Religiosa. Com generosidade semântica e imaginária, Você descobre, então, que o pensamento pressuposto como subjacente nesta figuração mental e em seu encadeamento com CRB, suas finalidades entitativas

e CONVERGÊNCIA é este: se a Vida Religiosa, humanamente, pode se aparentar com um labirinto, a CRB e sua revista querem apontar na direção da saída. As ciências, como parte da solução, enriquecem e aliviam a VR mas não a livram de navegar, na escuridão, pois nunca tornam o seu REAL plenamente transparente à razão. Há uma irreduzibilidade sem haver incompatibilidade. A VR envolve mistérios mas não comporta nenhum fantasma irreal ou impossível. Para quem tem FÉ, o próprio mistério engrandece a razão. A obscuridade tem sempre algo de grandioso. Pelos caminhos humanos da VR, quando iluminados pela FÉ, vão se formando linhas de predominância que dão ao enredado a direção dos fios e mapeiam os pontos referenciais que indicam a força de um projeto em sua globalidade e o tropisimo imbatível para a luz da saída. Convergência, em 1989, quer lhe ajudar nesta perspectiva, aprofundando e ampliando a certeza de que só pela FÉ se pode abraçar as propostas da Cruz, as aporias do Reino e os paradoxos da VR. Só pela FÉ se pode manifestar paz na consciência do mistério e serena convivência com ele. Deus confirme, com sua bênção, nossos propósitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	193
INFORME DA CRB	195
MARIA NA VIDA E NA AÇÃO EVANGELIZADORA DÁ IGREJA Dom Ivo Lorscheiter.....	200
POR QUE UMA "NOVA" EVANGELIZAÇÃO? Frei Antônio Moser, OFM	211
EVANGELIZAÇÃO COMO MISSÃO DA VIDA RELIGIOSA Pe. Edênio Valle, SVD	221
O CARISMA DO RELIGIOSO NA ÓTICA DO POBRE Frei Luiz Augusto de Mattos, OSA	237

EDITORIAL

O mundo inteiro, no dia 1º de maio, suspende seus trabalhos para homenagear o trabalhador. Vai nisso um gesto de reconhecimento justo e necessário em relação àqueles que se esfalfam em seu ganha-pão enquanto ajudam a construir o mundo.

Nesse gesto porém, pode ir algo mais do que a simples festa. Pode nele também haver uma certa carga de consciência infeliz. A sociedade que festeja o trabalhador é, na verdade, a mesma sociedade que o explora. Festeja-o, sim, mas com ressaibo farisaico próprio de um país declaradamente capitalista como o nosso. Dá-lhe um descanso remunerado hoje para que possa produzir mais amanhã.

Mas festejar é preciso! Que não se pode morrer de vez!

Nem por isso o trabalho deixa de ser peculiar expressão da dignidade do trabalhador. Vale aqui lembrar as palavras de JOÃO PAULO II, no início da LABOREM EXERCENS: "Feito à imagem e semelhança do mesmo Deus no universo visível e nele estabelecido para que dominasse a terra, o homem, por isso mesmo, desde o princípio é chamado ao trabalho. O trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas, cuja atividade, relacionada com a manutenção da própria vida, não se

pode chamar trabalho; somente o homem tem capacidade para o trabalho e somente o homem o realiza preenchendo ao mesmo tempo com ele a sua existência sobre a terra. Assim, o trabalho comporta em si uma marca particular do homem e da humanidade, a marca de uma pessoa que opera numa comunidade de pessoas; e uma tal marca determina a qualificação interior do mesmo trabalho e, em certo sentido, constitui a sua própria natureza".

Trabalho e trabalhador portanto, mutuamente se implicam e expressam. Mas se implicam e expressam em diferentes jogos de relações.

Feito à imagem e semelhança do Deus Criador, o homem é chamado a ser senhor e co-criador de seu mundo. Nessa perspectiva, trabalho e trabalhador se relacionam de modo teológico, na tentativa de revelar o profundo do ser humano. Por essa relação se expressa a identidade do homem consigo mesmo enquanto expressa sua semelhança ao Deus Criador e Senhor. O trabalho assim é campo da criatividade e da liberdade. O homem cria seu mundo próprio, com feitio de gente e de Deus. Com os demais, cria o mundo de todos, a história comum. O trabalho então, "é um bem do homem... um bem 'digno', ou seja, que corresponde

à dignidade do homem, um bem que exprime esta dignidade e que a aumenta" (LE nº 9). Por ele, "o homem não somente transforma a natureza, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas também se realiza a si mesmo como homem e até, num certo sentido, 'se torna mais humano'" (ib.). Nesse jogo de relações o trabalho é fator de humanização. É espaço de libertação.

Mas na história concreta da humanidade, outro jogo de relações entre o trabalho e o trabalhador se instaurou. Jogo pesado, jogo-jugo, em que o trabalho se tornou sinônimo de exploração, de escravidão. Desdignificou-se o trabalho desumanizando o homem. Os séculos de escravidão no-lo dizem. Essa história perdura no entanto. Na forma de compra-venda da mercadoria chamada força de trabalho, o sistema capitalista, filho da era industrial, se caracteriza por essa desumanização do trabalhador. O sistema pode adaptar-se ao sabor das conveniências, assumir ares mais simpáticos. No fundo porém, permanece a mesma besteira. Por ele se gerou o conflito entre o "mundo do capital" e o "mundo do trabalho". "Tal conflito foi originado pelo fato de que os operários punham as suas forças à disposição do grupo dos patrões e empresários, e de que este, guiado pelo princípio do maior lucro da produção, procurava manter o mais baixo possível o salário para o trabalho

executado pelos operários" (LE nº 11). O trabalho aqui, não é mais espaço de criatividade, exercício de liberdade. É antes jogo de subjugação.

A festa do trabalhador, a 1º de maio, deveria nos ajudar a reencontrar o sentido do trabalho, sua dimensão humana, seu valor teológico. E nos deve acima de tudo, ajudar a "pôr em relevo o primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação às coisas" (LE nº 12).

CONVERGÊNCIA apresenta:

— MARIA NA VIDA E NA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA, de Dom IVO LORSCHETER.

É o texto de palestras proferidas no Dia de Espiritualidade durante a Assembléia da CNBB de 1988.

— POR QUE UMA "NOVA EVANGELIZAÇÃO"? de Frei ANTONIO MOSER, OFM, texto elaborado no contexto de trabalho da Equipe de Reflexão Teológica da CRB Nacional.

— EVANGELIZAÇÃO COMO MISSÃO DA VIDA RELIGIOSA, de Pe. EDÊNIO VALLE, SVD, reflexão escrita em preparação da Assembléia Regional da CRB de SÃO PAULO — 1988.

— O CARISMA DO RELIGIOSO NA ÓTICA DO POBRE, de Frei LUIZ AUGUSTO DE MATOS, OSA.

Pe. Atico Fassini, MS

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE

A Conferência dos Religiosos do Brasil promoveu mais um Seminário Nacional de Saúde, em Belo Horizonte/MG, de 17 a 21 de outubro de 1988, com o tema **A INSERÇÃO DO RELIGIOSO A SERVIÇO DA SAÚDE.**

Aos religiosos da área da saúde, mais especificamente aos que se dedicam à saúde comunitária, os últimos Seminários Nacionais de Saúde vêm oferecendo a oportunidade de rever sua prática profética, direcionando-a ao povo empobrecido de locais mais carentes. Essa prática tem motivado os religiosos, de modo particular os inseridos nos meios populares, a um processo que vem oferecendo condições alternativas para que o povo lute e assuma um posicionamento em favor da VIDA.

Dentro da metodologia do VER, JULGAR e AGIR, o Seminário baseou-se em um primeiro momento — VER, em experiências apresentadas pelos participantes, em cima das quais firmou-se o enfoque teológico (Momento do JULGAR) sobre O COMPROMISSO COM A "SAÚDE INTEGRAL" COLETIVA A PARTIR DA INSERÇÃO, objetivando vivenciar uma fé que leva a um processo encarnatório, numa opção evangélica pelos pobres que conduz a uma libertação em vista da Saúde Integral.

Os participantes foram, assim, motivados a um maior compromisso com o processo de libertação integral através de uma prática profética que rompe com o sistema de opressão pela denúncia aos ídolos da morte que negam o povo: no nível econômico, sua sobrevivência; no nível político, a participação no poder; no nível cultural, sua própria identidade histórica, denunciando, assim, toda forma de opressão que instaura o domínio da Lei do Pecado e da Morte e faz pesar sobre o pobre o seu jugo.

Firmando o compromisso assumido durante as reflexões, foram traçadas as seguintes propostas de ação (Momento do AGIR):

"Nós, Religiosos, que atuamos na área da saúde, nos comprometemos:

1. Ter objetivos claros, em todas as ações, elaborados com a participação da comunidade, tendo em vista uma ação transformadora e libertadora, provocando avaliação permanente;

2. Assumir o processo encarnatório vivendo a Mística Cristã em nossa inserção na luta pela saúde integral em vista de uma Nova Sociedade onde todos possam Celebrar a VIDA PLENA;

3. Assumir uma formação global e permanente, considerando a urgente necessidade de participação e aprendizagem, também junto às Pastorais especí-

ficas e organizações alternativas, para uma ação eficaz e libertadora”.

Estas propostas marcarão os futuros passos da caminhada em todas as Regionais, sempre apontando para o PROJETO MAIOR — REINO DE DEUS — capaz de gerar sempre mais práticas proféticas, sinais de esperança para o povo que busca VIDA e VIDA em plenitude (Jo 10-10).

Ir. Maria das Graças Noronha Lima, IMC
Assessora da Diretoria

XXXIX CERNE

Bahia viu realizar-se a XXXIX sessão do Centro de Renovação Espiritual que teve início dia 19 de setembro e seu término dia 4 de novembro de 1988. Presidiu a Celebração Eucarística de Abertura e Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, D. Tomás Guilherme Murphy.

Sediado no Convento da Sagrada Família das Irmãs Franciscanas Hospitalarias da Imaculada Conceição que está sobre o Monte Serrat — bem próximo à Igreja do Senhor do Bonfim —, contou com a presença de 52 religiosos de 43 congregações. Eram 40 irmãs, 5 irmãos e 7 padres, oriundos de 18 estados e do Distrito Federal, todos dispostos a redimensionar e animar sua vida pessoal e comunitária para melhor trabalhar na expansão do Reinado de Deus e na renovação da vida religiosa do Brasil.

O local é aprazível, pois oferece uma bela vista da Baía de Todos os Santos. Lindo o pôr-do-sol! Ao longe, se vê a

cidade baixa e a cidade alta. Do outro lado, a Ilha de Itaparica.

A cidade apresenta uma riqueza muito grande no seu povo, nas igrejas artísticas do centro histórico, nas belíssimas praias da orla marítima e nos seus diversos alimentos típicos.

Durante o Cerne, a CRB Regional marcou presença discreta, oportuna e atuante. Os professores e os orientadores souberam, além dos conteúdos, transmitir muito de sua vivência cristã e pastoral junto aos religiosos e ao povo daquela região tão generoso e sofrido.

Graças a membros da Diretoria Regional, bem como à comunidade marista que cedeu ônibus, carro e kombi, foi possibilitado ao grupo um maior contato com a natureza e a cultura afro-brasileira.

No tradicional dia do passeio comunitário, os cernistas passaram no “Lar Marista”, que ofereceu ambiente agradável a todos: grande piscina, muito coco, belo lago, gramado verde e bem regado que circunda a casa muito acolhedora e, a poucos metros, uma praia ensolarada.

Mais uma vez, foi notória a ação de Deus nos corações dos que se aventuraram a uma caminhada de 45 dias sob os olhares maternais de Maria — a Conceição da Praia — e os cuidados amorosos e libertadores de nosso Deus que é Pai, Filho e Santo Espírito.

Abertos aos desafios da Palavra de Deus, às sugestões, propostas e orientações dos que animam o grupo e à partilha dos companheiros de jornada, os cernistas vão descobrindo, aos poucos, a beleza da intimidade com o Senhor e da vivência da fraternidade.

Novas esperanças vão desabrochando no íntimo de pessoas que há algum tempo optaram pelo seguimento de Jesus Cristo, casto, pobre e obediente, neste ou naquele instituto religioso.

Foi celebrado solene e festivamente o Dia de São Francisco de Assis, com Eucaristia e almoço que teve até bolo oferecido pelas diferentes famílias franciscanas presentes.

O convívio fraterno e descontraído nos grupos e no "grupão" é, sobretudo, libertador. As liturgias e as orações são cada vez mais comprometidas com a realidade de hoje, na América Latina. O retiro final confirma e ratifica o que já fora assumido, no decorrer do Cerne: o projeto pessoal de vida.

Ir. Maria de Lurdes Gascho teve assim sua última participação na direção do Cerne, já que, desde 14 de janeiro de 1989, é a Superiora Geral de suas irmãs, as Catequistas Franciscanas.

Vão, aqui, os agradecimentos por sua presença amiga e fraterna, firme e animadora, junto aos 6 últimos Cernes e os demais assessores da CRB Nacional, durante dois anos. Deus a proteja, abençoe e fortaleça nesta nova missão.

Ao grupo que fez o XXXIX Cerne, nossos votos de perseverança e fidelidade, no dia-a-dia.

Aos próximos cernistas e à próxima Diretora do Cerne nossas boas-vindas e nossos augúrios de muitas felicidades nesta aventura que começa e não tem fim, pois Deus é graça e libertação eternas.

Ir. Maria de Lurdes Gascho, CF
Diretora do CERNE

Ir. Jorge Moreira Ribas, FMS
Diretor do CERNE

IRMÃS FRANCISCANAS DE CRISTO REI: 25 ANOS DE BRASIL

As Irmãs Franciscanas de Cristo Rei, comemoram até **03 de Maio** próximo, seus 25 anos de presença no Brasil.

A 03 de Maio de 1963, vieram da Itália para o Brasil duas Irmãs: Carmelita e Serafina. Mais tarde vieram outras onde com o apoio de Dom Gregório se estabeleceram em Joinville no meio operário. Não muito tempo depois, Dom Wilson de Chapecó procurou-as para um trabalho nas periferias da cidade, onde até hoje a presença é maior naquela Diocese.

Somos um grupo pequeno: 28 Irmãs e 05 Noviças, temos como carisma **VENHA O TEU REINO** a partir dos pequenos, oprimidos, marginalizados e empobrecidos. Somos agradecidas a Deus por ter-nos acompanhado com seu Espírito iluminando-nos na caminhada rumo à libertação nossa e do povo.

Irmã Carmen Zanella

A TENDA DO CETESP XXIV

O título deste comunicado apresenta o símbolo bíblico que marcou o CETESP XXIV. No dia 31 de julho, festa litúrgica de Sto. Inácio de Loyola, iniciávamos mais um Curso, o segundo do ano de 1988. No ato inicial que costuma ser sempre uma Celebração Eucarística, o atual diretor P. Paulo Lisboa, SJ que

presidia a Concelebração de mais 7 sacerdotes cursistas, lembrou não só o patrono que o atual Curso ganhara, mas também a idéia força que poderia acompanhar todo o desenrolar deste CETESP: "O Pão de Deus é o pão que desce do céu e dá VIDA ao mundo" (Jo 6,33).

Irmão Claudino Falchetto FMS, nosso presidente que participava com mais duas Assessoras da Nacional desta manhã introdutória do Curso, na sessão de abertura logo após a Missa, teceu considerações gerais sobre o momento e recordou o objetivo do CETESP: — preparar Formadores e pessoas ligadas aos Governos das Congregações para viver e multiplicar a imagem do novo rosto da Vida Religiosa aqui na América Latina.

Os alunos deste Curso, como sempre, foram bem variados, seja pelo número de participantes (47, sendo 38 Irmãs, 7 sacerdotes e 2 Irmãos Leigos), seja pela sua procedência (de 15 Estados brasileiros e de 5 nacionalidades estrangeiras) e seja finalmente, pelas 46 Congregações diferentes. Caso raro em nossos últimos Cursos, desta vez, ao final das atividades 3 Irmãs haviam se desligado do grupo: uma já mais pela metade do CETESP, cansara-se e as outras duas não puderam participar do Retiro final. Finalmente, 43 cursistas chegaram até o finalzinho, pois mais uma religiosa teve de sair no último dia de Retiro, para dar assistência a um irmão que sofrera um derrame.

Durante os Cursos, nós da Coordenação sempre comentamos com os Cete-pistas que não se pode e nem se deve estar comparando os diversos CETESPs. Cada um deles tem a sua característica própria, embora a experiência fundante

seja a mesma: profunda vivência espiritual de renovação. Creio que se pode dizer, sem riscos de comparações e nem de sobreposições, que o CETESP XXIV, dada a maturidade de boa parte de seus participantes, caracterizou-se por ser um grupo aberto, sensível e muito atento à proposta geral do CETESP. Isso proporcionou uma experiência muito rica de convivência, partilha e muita colaboração dos cursistas entre si e deles com a Coordenação.

Houve muita criatividade nas promoções organizadas pelas Equipes de animação, sempre muito dispostas à partilha dos bens, materiais e espirituais. Ao final do Curso surgia a idéia original, antes jamais acontecida, de presentear com alguma pequena lembrança, cada um dos funcionários do Assunção, onde funciona o Curso. Assim que, antes da saída para o Retiro final, no dia mesmo do encerramento das aulas, despedindo-nos da Comunidade das Irmãs do Assunção e dos funcionários da Casa, foi-lhes entregue a cada um e a cada uma essa recordação deste CETESP XXIV.

O resultado não podia ser outro: a sensação de todos os participantes ao final, de uma felicidade indescritível, só um pouco esmaecida pela saudade do "ADEUS".

Com o Retiro final e a manhã de síntese global realizados em Mendes, na propriedade dos Irmãos Maristas, encerramos mais este CETESP. Precisamente no dia 8 de dezembro, dia festivo da Imaculada Conceição, numa última Concelebração Eucarística de todo o grupo e com a presença do Irmão Claudino e Irmãs Lourdes e Elza, pela CRB Nacio-

nal, rendemos graças ao Senhor da VIDA, "Pai das Luzes, de quem procede todo o Dom perfeito" (Tiago 1,17). Também este novo Curso, que alcançou seus objetivos tão significativamente, é dádiva de Deus à VIDA RELIGIOSA no Brasil, em vários países da América Latina (Paraguai, Argentina e Uruguai) e em Moçambique.

A "TENDA" foi se armando e se estendendo ao longo dos 4 meses e meio de intensa convivência de Encarnação. Agora, com a partida dos novos Cete-

pistas "formados", ela está alargada e esticada para todos os cantos deste imenso Brasil e até para outros cantos do mundo: "Alarga o espaço da tua tenda, estende as cortinas das tuas moradas, não te detenhas, alonga as cordas, reforça as estacas, pois hás de transbordar para a direita e para a esquerda, a tua descendência se apoderará de outras terras e repovoará cidades abandonadas" — Is. 54,2-4.

Ir. Maria Eunice Oliveira, CFMSS
Pe. Paulo Lisbôa, SJ

Lição de amor

Bíblia — "Disse, então, Jesus: Nem eu te condeno. Vai e, de agora em diante, não peques mais", Jo 8,11.

Leitor — Não julgar. Não condenar. JULGAR-SE. Recuperar a consciência apagando o passado de pecado pelo arrependimento e o propósito e abrindo caminho para uma vida nova. Deus é amor e perdão. Confiança, pois. Ele sabe: extirpa-se o mal e o pecado PERDOANDO e não eliminando quem o comete. (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

Competir, sobretudo, vencer

Bíblia — "Não fiqueis a lembrar *coisas passadas*. Não vos preocupeis com *acontecimentos antigos*. Eis que vou fazer uma coisa NOVA", Is 43,18-19.

Leitor — Não imaginar o futuro a partir do passado. Não descansar à sua sombra. A história não é um retorno. É, pelo contrário, um avançar para frente. Nesta vida não se alcança o momento de parar. FÉ no poder de Deus que pode fazer o ser não existir e pode fazer o não-ser existir (Rom 4,17). Na sua vida, o cristão não é convidado apenas para competir. Sobretudo é convidado para vencer pelo poder de Deus (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

MARIA NA VIDA E NA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA

*Na manhã de Pentecostes, Maria presidiu ao iniciar-se da evangelização, sob a ação do Espírito Santo.
Que ela seja a Estrela da Evangelização sempre renovada que a Igreja deve promover e realizar.*

Dom Ivo Lorscheiter

I — APRENDENDO DA HISTÓRIA RECENTE DA MARIOLOGIA E DA PIEDADE MARIANA

Permito-me iniciar esta reflexão, que visa preparar nosso Dia de Espiritualidade e nossa peregrinação ao Santuário da Mãe Aparecida, com a oração da *Coleta da Missa da Bem-aventurada Virgem Maria do Cenáculo*, que é a de número 17 da Coletânea de missas de Nossa Senhora recentemente promulgada pela Santa Sé: “Senhor nosso Deus, que cumulastes com os dons do Espírito Santo a Santíssima Virgem a orar com os apóstolos, concedei, por sua intercessão, sejamos também cumulados com o mesmo Espírito, perseveremos na oração em íntima concórdia e ofereçamos aos irmãos o bom anúncio da salvação”. Esta formosa prece vai assegurar-nos, por certo, a salutar presença do Espírito Paráclito e nos pode introduzir no tema das nossas meditações no dia de amanhã.

O Conselho Permanente da CNBB enunciou assim o *tema do nosso Dia de Espiritualidade*: “Maria na Vida e na Ação Evangelizadora da Igreja”. Estando em curso o Ano Mariano oportunamente instituído pelo Papa João Paulo II e por ele luminosamente motivado pela grande Encíclica “Redemptoris Mater”, era justo dedicar à Mãe de Deus o nosso Retiro e a nossa revisão de vida. Com simplicidade, pensei dividir assim o nosso assunto:

1º tema: “Aprendendo da história recente da Mariologia e da Piedade Mariana”. 2º tema: “Aprendendo de Maria — a primeira Evangelizada”. 3º tema: “Aprendendo de Maria — a Primeira Evangelizadora”.

Devo anotar que essa terminologia é proposta no valioso documen-

to "Fazei tudo o que Ele vos disser" do Capítulo Geral da Ordem dos Servos de Maria, outubro/novembro de 1983 (Edições Paulinas, 1985). Esses temas poderão ser completados pela meditação das leituras bíblicas em nossa Celebração Penitencial e em nossa Eucaristia.

Nesta reflexão introdutória, para recordar-nos o lugar de Maria na História da Salvação, na Teologia e na Vida da Igreja, parece útil tentar resumir *a história recente e as vicissitudes da Mariologia*. Antes de fazê-lo, digamos de passagem que hoje bons autores, como Roschini, Laurentin, De Fiores e outros, recomencam a preferir o termo Mariologia, por preservar o nome exato da Mãe de Deus.

O caminho ascensional da Mariologia, tendo tido início principalmente com o século 20, atinge a intensidade máxima na *década de 1950*, com numerosos escritos e tratados, com bem sucedidos Congressos Mariológicos e Marianos, com a Definição Dogmática da Assunção (1950), com o Ano Mariano comemorativo do centenário da Definição Dogmática da Imaculada Conceição (1954).

Na *década de 1960*, a Mariologia começou a experimentar uma certa crise, que se vai alargar e aprofundar, estendendo-se até ao ano de 1974. Não se tratava de omissões do Magistério Eclesiástico, nem de modificações no campo da Liturgia, nem de arrefecimento da grande maioria dos fiéis. Tratava-se antes de uma crise de ordem intelectual, sentida por Teólogos

Católicos. Nas Igrejas Orientais não se manifestou tal crise, sendo que na Teologia Protestante continuam, quiçá com certos abrandamentos, as dificuldades tradicionais. Os principais questionamentos levantados no campo católico poderiam ser resumidos nos seguintes temores: temor de uma demasiada autonomia e isolacionismo da Mariologia; temor de um aumento dos obstáculos no diálogo ecumênico; temor de um desvio do eixo central do Culto Cristão, que é ao Pai pelo Cristo no Espírito Santo; temor de continuar a difundir formas de devoção arcaicas e desgastadas pelo tempo; temor de alimentar uma mentalidade alienada das grandes urgências sociais da época. Talvez pudéssemos aqui fazer-nos uma dupla sincera interrogação: Como reagi ou como estou reagindo eu a esses temores e questionamentos? Como ajudei ou ajudo o povo a posicionar-se corretamente em face dos mesmos?

O *Concílio Vaticano II*, como se sabe, preferiu substituir o Esquema à parte sobre a Virgem Maria por um capítulo dentro da Constituição sobre a Igreja. Recorde-se o clima de tensão no qual foi tomada essa deliberação, aliás por uma exígua maioria. O capítulo VIII da *Lumen Gentium*, com suas fortes tonalidades bíblica, eclesiológica e ecumênica, visava louvavelmente assegurar a união entre Mariologia e Teologia, entre a devoção Mariana e o Mistério de Cristo e da Igreja. Convém registrar ainda o ato do Papa Paulo VI, que, aos 21 de novembro de 1964, ao promulgar solenemente

a Constituição dogmática *Lumen Gentium*, quis honrar Maria Santíssima com o título de “Mãe da Igreja”, isto é, “de todo o povo de Deus, fiéis e pastores”. Não faltou quem não aplaudisse esse gesto de Paulo VI, como não faltou quem descobrisse lacunas e omissões no capítulo VIII do *Lumen Gentium*, que não teria tratado suficientemente a questão do Pai e do Espírito Santo com relação à Virgem Maria, ou não teria tocado as emergentes questões antropológicas.

Seja como for, autores sérios julgam poder dizer que o ano de 1964 dá início ao que chamam de “*década sem Maria*”: a bela e sólida explanação do Concílio sobre Maria não pareceu encontrar eco suficiente, assim que Mariologia e Devoção Mariana declinaram de modo inquietante, evidentemente não sem prejuízo para a vida cristã (cfr. Stefano De Fiores, *Maria nella Teologia Contemporanea*, Edizioni Monfortane, Roma, 1987, p. 132).

Parece poder dizer-se que, no ano de 1974 e no ano Santo da Redenção de 1975, tem início uma etapa de *novo florescimento da Mariologia e da Devoção Mariana*. Para tanto, foi de especial influência a Exortação Apostólica “*Marialis Cultus*” de Paulo VI, assinada a 2 de fevereiro de 1974 e que permanece como um dos mais importantes documentos do Pontificado de Paulo VI. Mesmo em ambientes não católicos se escreveu que “esse notável documento serve para renovar completamente o diálogo ecumênico sobre o papel de Maria na Teologia, na Liturgia e na Pie-

dade” (De Fiores, o.c., p. 219). Não quero privar-me da citação do antes mencionado documento da Ordem dos Servitas: “Pode dizer-se que a crise chegou a uma via de solução no decurso do Ano Santo da Redenção de 1975” (p. 11).

Sem insistir agora sobre outros escritos que se multiplicaram desde então, convém sublinhar a importância do belo texto sobre a Virgem Maria, no capítulo sobre a Igreja, no Documento da *Conferência Episcopal de Puebla*, em 1979, onde se diz: “Em nossos povos, o Evangelho tem sido anunciado, apresentando Maria como sua realização mais alta... Maria é Mãe e Modelo da Igreja... Esta é a hora de Maria, isto é, o tempo do novo Pentecostes a que Ela preside com sua oração, quando, sob o influxo do Espírito Santo, a Igreja inicia um novo caminho em seu peregrinar. Que Maria seja nesse caminho Estrela de Evangelização”. Stefano De Fiores, na sua citada obra, elogia o modo como, em Puebla, foi tratado o lugar de Maria na Igreja e na Evangelização (cfr. p. 381).

A ninguém escapará o fato de que a chegada de *Karol Wojtyła ao Pontificado* representou e continua representando um fortíssimo impulso ao reflorescimento da Mariologia, da Piedade Mariana e daquela forma particular de devoção, que é a chamada “*Consagração*”. Ser-nos-á útil recordar o que o próprio Papa João Paulo II diz sobre sua experiência marial, particularmente desde que leu, como operário e seminarista clandestino, o

“Tratado da Verdadeira Devoção a Maria” de São Luiz Maria Grignon de Monfort: “A leitura daquele livro marcou uma guinada decisiva na minha vida. Digo guinada, embora se trate de um longo caminho interior, que coincidiu com a minha preparação clandestina ao sacerdócio. Exatamente então caiu-me em mãos aquele singular tratado, que é um daqueles livros que não basta ter lido. Lembro-me de tê-lo levado comigo por muito tempo, também na fábrica de soda, tanto assim que a sua bela capa ficou manchada de cal. Relia continuamente, e uma depois da outra, certas passagens. Bem depressa me dei conta de que, para além da forma barroca do livro, havia nele algo de fundamental. Conseqüência disso foi que à devoção da minha infância e adolescência para com a Mãe de Cristo sucedeu um novo comportamento, uma devoção vinda do mais profundo da minha fé, como do próprio coração da realidade trinitária e cristológica” (A. Frossard dialoga con Giovanni Paolo II, Milano, Rusconi, 1983, p. 157-158).

Com o *Ano Mariano* em curso, o Papa visa ajudar a Igreja a preparar-se para o ano 2000, à luz do itinerário da Virgem Maria, que nos precede nesse caminho com a sua Fé exemplar. Foi escrito que João Paulo II, em 1978/1979, havia rejeitado a sugestão de celebrar um Ano Mariano para assinalar os 2.000 anos do nascimento de Maria, porque não desejava repetir o aspecto comemorativo — mariano de 1954. Instituindo-o agora, em correlação com os 2.000 anos do nascimento de Cristo, ficava assegurado

o seu caráter propedêutico e aberto ao Ministério Cristão (cfr. Laurentin, em *Jesus*, fevereiro de 1987, p. 4). Nessa perspectiva não nos deve atemorizar um certo protagonismo de Maria, porque, como no Magnificat, tudo quer orientar-se para o Deus Salvador, tudo quer e deve ser uma clara doxologia trinitária.

Foi dito que a *Encíclica “Redemptoris Mater”* de 25 de março de 1987 é uma espécie de culminância do itinerário mariano do Papa. Ele que confidenciou à Cúria Romana que, depois do atentado na Praça de São Pedro, seu “colóquio com Maria se fez ininterrupto” (28-6-1982), quis “redigir essa Encíclica de próprio punho e em polônês. Transmitiu depois a tradução italiana a diversos representantes de Dicastérios e Universidades Romanas, utilizando, porém, parcamente, as sugestões recebidas e mantendo rigorosamente a linha e a coerência do documento” (R. Laurentin, *Un Anno di grazia con Maria*, Brescia, Queriniana, 1987, p. 176). Parece legítimo dizer que a Encíclica, sem deixar de ser um documento doutrinário, possui uma linguagem típica dos místicos, na qual predomina a meditação — contemplação, com repetição de conceitos, para saboreá-los e assimilá-los mais vitalmente (cfr. De Fiores, o.c., p. 549). A Encíclica, em suas três partes — Maria no Mistério de Cristo, a Mãe de Deus no centro da Igreja a caminho, a mediação materna de Maria, e com sua constante referência ao capítulo VIII de *Lumen Gentium* — possui um

valioso fio condutor: Maria e sua peregrinação na Fé.

Antes de concluir essa síntese histórica, mencionemos ainda a "*Coletânea de Missas de Nossa Senhora*", publicada pela Congregação para o Culto Divino a 15 de agosto de 1986 e editada no Brasil a 25 de setembro de 1987. Trata-se de 46 Formulários universais e de 3 próprios do Brasil, contendo as Orações e Prefácios, bem como as leituras bíblicas e oportunos pensamentos introdutórios e explicativos. Segundo o de-

creto de publicação, "este instrumento litúrgico visa favorecer a genuína piedade para com a Mãe de Deus, tanto das comunidades, como dos fiéis em particular".

E agora, sem pretender orientar a maneira de orar de cada um, permito-me sugerir, para meditação e revisão, além das perguntas emergentes das páginas acima, *duas interrogações finais*: 1ª Quais são as experiências marianas marcantes em minha vida? 2ª O que fiz ou o que estou fazendo em ordem à promoção da autêntica Piedade Mariana?

II — APRENDENDO DE MARIA, A PRIMEIRA EVANGELIZADA

É certamente sugestivo e carinhoso brinde da Divina Providência podermos contemplar a Fé na vida da Virgem Maria neste seu *Santuário Nacional*, onde tantos brasileiros, especialmente os mais simples, vêm manifestar, fortalecer e purificar a sua crença. O Senhor, que nos trouxe até aqui, irá certamente conceder-nos a graça de um vigoroso crescimento da nossa fé, a exemplo da fé em Maria e por sua maternal mediação.

Sem deixar de lado a contemplação e a justa exaltação dos privilégios e das "glórias de Maria", é certamente salutar, como hoje se faz com mais intensidade, aproveitar o contato maior com a Bíblia, para sublinhar a "Vida de Maria", isto é, a situação real por ela vivida durante a sua jornada terrena. É nesta perspectiva — poderia chamar-se nova? — que dizemos ser Maria a *primeira evangelizada*:

"Foi Ela quem recebeu primeiro, enquanto Mãe eleita do Messias e personificação da Filha de Sião, a jubilosa Boa-Nova: o Espírito Santo, energia do Altíssimo, descera sobre Ela e dela nascerá o Salvador dos povos. Maria acolheu com fé essa palavra do Senhor e a fé se tornou para Ela caminho da Maternidade Divina" (Documento da Ordem dos Servitas, p. 54).

Conhecemos as principais passagens do *Novo Testamento*, que narram e explicam essa fé na vida de Maria. Isabel diz à Virgem que a visitava: "Bem-aventurada aquela que acreditou" (Lc 1,45), proclamando que na fé temos o motivo mais característico da grandeza espiritual de Maria. Para João Paulo II, na Encíclica *Redemptoris Mater*, n. 12, "estas palavras de Isabel podem ser postas ao lado do apelativo "Cheia de Graça" da saudação do anjo: a plenitude da gra-

ça anunciada pelo Anjo significa o dom de Deus; a crença de Maria proclamada por Isabel mostra a correspondência da Virgem de Nazaré a esse dom". Ainda em Lucas vemos a forte manifestação do próprio Jesus, colocando também a verdadeira razão da grandeza de sua Mãe: "Antes bem-aventurados os que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática" (Lc 11,27 coll. Luc 8,19); superam-se aqui, sem negá-los, os laços da carne e do sangue, para exaltar a nova parentela, que se baseia na adesão ao Senhor pela fé. A partir dessa dupla proclamação de bem-aventurança, de Isabel e de Cristo, adquire definitiva transparência e grandeza a resposta de Maria ao anúncio do Anjo: "Eu sou a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,38). Perplexa e perturbada, sem entender como seria possível cumprir-se a mensagem de Gabriel, Ela aceita, na obediência da fé, os desígnios do Altíssimo.

O *Concílio Vaticano II*, no capítulo mariológico da *Lumen Gentium*, oferece-nos diversas afirmações preciosas sobre Maria na perspectiva da sua fé. Assim, no n. 56: "Maria, filha de Adão, consentindo na palavra divina, se fez Mãe de Jesus, cooperando para a salvação dos homens, com livre fé e obediência e não como instrumento meramente passivo" (cfr. também o n. 63). Por isso, diz o n. 57, "Ela foi saudada como bem-aventurada por causa de sua fé" pela prima Isabel. E, avançando mais, ensina inovadoramente o n. 58: "A Bem-aventurada Virgem Maria avançou

na peregrinação da Fé". Por tudo isso "a Virgem Maria é saudada como membro supereminente e de todo singular da Igreja, como seu tipo e modelo excelente na Fé e na caridade" (n. 53 coll. n. 63).

Já dissemos que a *Encíclica Redemptoris Mater* tem um áureo fio condutor: Maria e sua peregrinação na Fé. Com efeito, o Papa João Paulo II parece querer, com essa Encíclica, levar ao povo os ensinamentos do Concílio ainda demasiadamente desconhecidos. Em verdade, o Concílio Vaticano II é citado mais de 100 vezes na Encíclica. Ao anunciar e enunciar o seu tema, nos ns. 4, 5 e 6, diz o Papa que pretende "referir-se principalmente à peregrinação da Fé, na qual a Virgem Maria avançou", precedendo assim a Igreja e tornando-se o seu modelo. Percorrendo magistralmente as várias passagens bíblicas esclarecedoras do tema (Anunciação, Visitação, Magnificat, Profecia de Simeão, Vida Pública de Jesus, Calvário), o Papa diz que "a Fé em Maria pode ser comparada com a de Abraão, a quem Paulo chama nosso pai na Fé" (n. 14). E isto porque "com razão podemos encontrar na expressão 'bem-aventurada aquela que acreditou' como que uma chave que nos abre o acesso à realidade íntima de Maria" (n. 19). Nada demais, portanto, proclamar com solenidade: "Mediante a fé Maria se tornou a Mãe do Filho que o Pai lhe deu pelo poder do Espírito Santo".

Para nosso maior proveito e salutar revisão de vida, valorizemos

agora organizadamente os citados testemunhos da Bíblia, do Concílio Vaticano II e da Encíclica *Redemptoris Mater*, deduzindo deles as *características da Fé em Maria* e aplicando-os à virtude da Fé em nós e em nossos irmãos.

A Fé ocupa *um lugar fundamental e insubstituível* na vida de Maria: Pela Fé Ela se torna bem-aventurada... Pela Fé se faz Mãe do Verbo... Pela Fé Ela entra no novo e definitivo relacionamento com seu filho... Pela Fé encontra explicação a sua fortaleza em todas as etapas da vida até ao Calvário... A Fé constitui a única medida e o único critério de orientação das suas atitudes. Por que não fazemos aqui esta pergunta: Tenho conseguido compreender e realizar tal centralidade da Fé na minha vida?

A Fé em Maria foi muito mais do que uma intelectual adesão à Palavra do Senhor, para constituir um *corajoso mergulho de toda sua pessoa na Vontade de Deus*. Toda Ela é "escrava do Senhor". O seu "Fiat" se faz criativo, porque põe à disposição do Altíssimo todas as realidades do seu ser. O Magnificat revela uma inigualável experiência pessoal e um emocionante êxtase do seu coração (cfr. Encíclica *Redemptoris Mater*, n. 36). Em que medida já captei a globalidade da minha fé, que deve envolver toda minha pessoa?

Maria cresceu continuamente em sua Fé, a qual foi um verdadeiro "itinerário para Deus" e uma perseverante caminhada (cfr. Encíclica

Redemptoris Mater, n. 14). Situa-se nesse contexto o silêncio de Maria, silêncio criativo e fecundo, que faz a Virgem "guardar todas essas coisas, meditando-as em seu coração", como se diz depois da homenagem dos pastores (Lc 2,8-20) e depois do encontro do Menino Jesus no Templo (Lc 2,41-51). Quando, por 1930, F. G. Willam, em seu interessante livro "A Vida de Maria, Mãe de Jesus", explanou esse tema do crescimento de Maria em sua Fé, muitos se escandalizaram. Depois de o Concílio Vaticano II ter falado do "avanço na peregrinação da Fé" e de João Paulo II ter comentado largamente essa expressão em sua Encíclica, já ninguém deverá estranhar tal doutrina. Antes, ela nos oferece a seguinte interrogação: "Já me dei conta de que na Fé ninguém permanece parado, mas ou se avança ou se regride?"

A Fé nunca é fácil, e Maria o experimentou vivamente. A mensagem do Anjo parece destruir o seu sonho de virgindade. As condições do nascimento de Jesus, a fuga para o Egito e a profecia de Simeão devem causar-lhe muitos sofrimentos. Conviver com o mistério e conviver com o Filho que era seu, mas muito mais do Pai, não lhe podia ser fácil. Por isso, fala a Encíclica *Redemptoris Mater* que "a obediência da Fé foi por Maria realizada com um heroísmo sempre maior, pois, como Abraão, Ela deveu crer contra toda esperança, conformando-se com os desígnios de Deus na obscuridade da Fé" (n. 14). Depois de passar por "um particular aperto do coração, unido a

uma espécie de noite da Fé” (n. 17), Maria atinge a plenitude do desconcertante despojamento junto à cruz do seu Filho, onde Ela viveu “talvez a mais profunda Kenose da Fé na história da humanidade” (n. 18). Por tudo isso, R. Guardini gosta de comentar a Fé em Maria usando os termos existencialistas de drama, tragicidade, salto, risco e outros (cfr. *Der Herr*, 1937; *Die Mutter des Herrn*, 1955). E para nós mais uma pergunta deve ser feita: Temos a coragem de perseverar na fé também quando ela se faz difícil e dura? Aceitaríamos a seguinte afirmação do teólogo italiano S. Cipriani, no “Nuovo Dizionario di Mariologia”, p. 424: “A Fé indefectível, como a de Maria, não se identifica com uma Fé segura; pelo contrário, uma Fé de-

masiadamente segura significa normalmente confiança no próprio modo de avaliar as cousas e não abandono nas sempre novas imprevisibilidades de Deus?”

Apesar dessas dificuldades da Fé, Maria não viveu pessimismos ou desesperanças. O Anjo lhe dissera: “Não temas, Maria”. E Isabel exclamara: “Ave = Alegra-te”. Não é o Magnificat o insuperável hino de intenso júbilo diante das maravilhas recebidas de Deus? Mesmo ao lado da Cruz de seu Filho, Maria não está destruída, antes ela “stabat”, isto é, estava de pé, impávida e forte. Alimentemos também nós esta gratificante certeza, implorando-a como graça pascal hoje, neste Santuário: a Fé autêntica nos brindará com uma *serena, crescente e permanente alegria!*

III — APRENDENDO DE MARIA, A PRIMEIRA EVANGELIZADORA

Quando nos propomos refletir sobre o papel da Virgem Maria na ação evangelizadora, a primeira tarefa da Igreja, convém iniciar recordando as seguintes palavras do Papa Paulo VI na luminosa e sempre atual Exortação Apostólica “*Evangelii Nuntiandi*”: “Na manhã de Pentecostes, Maria presidiu na prece ao iniciar-se da evangelização, sob a ação do Espírito Santo. Que Ela seja a *Estrela da Evangelização* sempre renovada, que a Igreja, obediente ao mandato do Senhor, deve promover e realizar, sobretudo nestes tempos difíceis mais cheios de esperança” (n. 82). Só esta passagem nos ofereceria já

todo um programa de meditação: Caracterização dos tempos atuais — Dever da Igreja — Idéia de Evangelização sempre renovada — Maria a iluminar como Estrela o nosso empenho na Evangelização — Sentido do Primeiro Pentecostes.

Mas continuemos: *A Conferência de Puebla*, na sua explanação sobre Maria, retoma a expressão de Paulo VI e acrescenta que Maria, desde suas aparições em Guadalupe, “foi a voz que estimulou a união entre os homens e os povos”, podendo, por isso, ser chamada “a pedagoga da Fé na América Latina” e, mais globalmente, “a grande protagonista da história”.

De resto, já o *Concílio Vaticano II*, na *Lumen Gentium*, dissera: "Maria é verdadeiramente Mãe dos membros de Cristo, porque cooperou para que na Igreja nascessem os fiéis" (n. 53). E ainda: "Na geração e formação dos fiéis Ela coopera com maternal amor" (n. 63).

A *Encíclica Redemptoris Mater* vai ensinar-nos: "Maria não recebeu diretamente a missão apostólica. Ela não se encontrava entre aqueles a quem Jesus enviou por todo o mundo para ensinar a todas as gentes. Mas Ela estava no Cenáculo, onde os apóstolos se preparavam para assumir essa sua missão... No meio deles Ela era assídua na oração... Ela era uma testemunha especial do Mistério de Jesus, uma testemunha singular dos anos da infância de Jesus e da sua vida oculta" (nº 28).

E assim já somos conduzidos para dentro da *Bíblia*, da qual convém aqui destacar pelo menos três passagens mais diretamente significativas para o nosso tema. No *hino do Magnificat* enxergamos toda grandeza, beleza e originalidade da Virgem Evangelizadora: Ela sentiu a necessidade de sair de sua casa, com pressa, para ir anunciar as maravilhas que Deus nela operara. Diante de Isabel, e assim diante de todo mundo, Ela anuncia o novo Evangelho de Cristo, fazendo-se verdadeiro prelúdio do Sermão da Montanha. Proclamando com júbilo e exaltando com intensidade o benévolo olhar e escolha de Deus, Ela anuncia os novos critérios do Reino de Deus, invertendo os con-

ceitos de poderoso e humilde, de rico e pobre. É por isso que todas as Confissões Cristãs valorizam, e sempre mais, esse magnífico hino evangelizador. É por isso que o Papa João Paulo II dedicou a ele tocantes páginas nos ns. 35 a 37 da *Encíclica Redemptoris Mater*.

Nas *bodas de Caná*, Maria profere estas palavras fortemente evangelizadoras: "Fazei tudo o que Ele vos disser" (cfr. João 2,1-12). Costuma-se hoje mostrar, e com boa razão, como esta frase da Virgem faz ecoar aquela do compromisso solene de Israel: "Faremos tudo o que disse o Senhor" (Êxodo 19,8); bem como ela antecipa a do claro mandato evangelizador de Cristo: "Ensinai-os a observar tudo o que vos mandei" (Mt. 28,20). Por isso diz a *Encíclica Redemptoris Mater*: "Em Caná, a Mãe de Cristo se apresenta diante dos homens como porta-voz do Filho, como quem indica aquelas exigências que devem ser satisfeitas. Ela contribui para suscitar a fé dos discípulos" (n. 21). Poderíamos acrescentar: Se já em Caná Maria teve tão grande papel, quando ainda não havia chegado a HORA de Jesus, quanto mais Ela o terá a partir do Calvário, já chegada a HORA do Salvador e já pronunciado o "Mulher, eis aí o teu filho"!

A terceira passagem bíblica a merecer aqui destaque é a de *Atos 1,14*: "Todos unidos pelo mesmo sentimento, entregavam-se assiduamente à oração em companhia de algumas mulheres, entre as quais Maria, Mãe de Jesus". Lucas que nos legou tão magistralmente o

“Evangelho da Infância de Jesus” (cc. 1 e 2), escreveu também o saboroso “Evangelho da Infância da Igreja” (Atos dos Apóstolos). No primeiro, temos o documento fundamental sobre a Palavra que se fez carne; no segundo, temos o relatório do crescimento e da difusão da Palavra. Em ambos está presente Maria, e com sugestivo relevo. Segundo a narração de Atos 1,14, os discípulos, antes de partirem em missão, esperavam o Espírito Santo, entregando-se à oração e tomando diversas providências (como a eleição do substituto do apóstolo traidor), sempre com Maria, Mãe de Jesus. Merecedora assim do título de “Rainha dos Apóstolos”, Maria estará sempre presente na Comunidade Cristã, estará sempre presente entre os evangelizadores.

É isto que nos mostra a *história da Evangelização* através dos séculos: Maria é invocada pelos evangelizadores. O papel de Maria entra no conteúdo da evangelização. Ela ilumina, como Estrela, os caminhos dos pregoeiros. Ela inspira missionários e empresta o próprio nome a inteiros Institutos. Suas festas são oportuno ensejo para intensa evangelização. Mas lembremos aqui a vibrante página da Encíclica *Redemptoris Mater*: “Maria está presente na missão de Igreja e na obra pela qual a Igreja introduz os homens no Reino do seu Filho. Esta presença de Maria, nos dias de hoje, como aliás ao longo de toda a história da Igreja, encontra múltiplos meios de expressão, possui um multiforme raio de ação: mediante a fé e a piedade dos fiéis;

mediante as tradições das famílias cristãs ou “igrejas domésticas”, das comunidades paroquiais e missionárias, dos institutos religiosos e das dioceses; mediante o poder de atração e irradiação dos grandes Santuários” (n. 28). Sobre esse papel dos Santuários Marianos o Papa insiste com os seguintes termos: “Talvez se pudesse falar de uma geografia específica da fé e da piedade mariana, a qual abrange todos esses lugares de particular peregrinação do Povo de Deus. Este povo busca o encontro com a Mãe de Cristo, procurando achar, no clima de especial irradiação da presença materna daquela que acreditou, a consolidação da própria fé” (n. 28).

Talvez coubesse aqui uma breve referência às *Aparições de Nossa Senhora*, com suas mensagens e exortações. Sabemos que nesta matéria continuam oficialmente em vigor as normas do tempo do Papa Bento XIV (1740-1758): “Fazemos saber que a autorização dada pela Igreja a uma revelação privada não é outra cousa do que o consentimento, expresso depois de acurado exame, para que essa revelação seja conhecida para edificação e proveito dos fiéis”. A alguns que perguntam por que haveria tantas aparições de Nossa Senhora procura responder o veterano teólogo suíço Hans Urs von Balthasar: “Quem se admira assim, não compreendeu quem é verdadeiramente Maria. Não será que necessitamos sempre de novas explicações para entender a Revelação no seu conteúdo e nas suas exigências? E quem seria mais indicado do que Maria para trazer-

nos essa nunca terminada explicação?" (in *Il Sabato*, 3-9 dez. 1983, p. 19). Mais incisivamente diz Stefano De Fiores: "Maria poderia considerar-se a tentativa última que Deus faz para provocar o retorno ao Evangelho da Salvação e para inspirar confiança nas suas promessas" (*Maria nella Teologia Contemporanea*, p. 534). Talvez nos surpreenderá saber que um Karl Rahner valoriza as aparições "como expressão da presença pneumática do Corpo Glorioso de Maria" e avança a hipótese de elas merecerem nossa adesão de fé (= fide divina) (cfr. *Revue d'Ascétique et Mystique* 25 (1949), p. 508). Nesse contexto queremos colocar as aparições de Nossa Senhora de Guadalupe, em 1531, a poucos anos do "descobrimiento" das Américas. Certamente o rosto mestiço da Virgem foi uma forte evangelização em favor dos povos indígenas e dos seus direitos. A Virgem de Guadalupe é "o símbolo de um cristianismo que não é o dos conquistadores, mas é profundamente inserido na cultura au-

tóctone e ligado à defesa dos primitivos habitantes" (De Fiores, o.c., p. 383).

Mas não nos deixemos desviar para discussões estéreis, prematuras ou superadas. Guardando a sobriedade das lições permanentes da Escritura Sagrada, aceitando com alegria as sucessivas orientações de Magistério da Igreja, aprendendo lealmente com a história antiga e nova e com a nossa própria experiência, reafirmemos decididamente a nossa amorosa fidelidade ao Pai, por Cristo, pelo Espírito Santo. Mas deixemo-nos iluminar e ajudar, com simplicidade de crianças, por Aque-la que foi a Primeira Evangelizada e pôde assim tornar-se a Primeira Evangelizadora. Evangelizar é a nossa primeira tarefa. Assim o entendemos e proclamamos: Que o realizemos com eficácia e coerência, com ardor e confiança, especialmente nos dias atuais, quando lamentamos os fracassos de tantas rotas humanas e somos desafiados a encontrar e indicar melhores rumos para o ano 2000! □

Por que acontecem as tragédias?

Dê a resposta que Você julgar mais adequada. Se quiser, aproveite a possível exatidão de quanto segue. *Primeiro*. As tragédias, pessoais ou sociais de qualquer dimensão, acontecem NÃO por castigo de Deus. Nunca se esqueça disto. Creia sempre nisto. *Segundo*. As tragédias acontecem por culpa humana material e/ou moral. A omissão, a negligência, a imprudência, a ignorância, a inércia, a ativa cumplicidade. *Terceiro*. As tragédias são, ainda, sinal e advertência, convite de Deus para nossa conversão (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

POR QUE UMA «NOVA» EVANGELIZAÇÃO?

“Eu te bendigo, ó Pai, porque revelaste estas coisas aos pequeninos”. O antigo aponta para a prepotência dos “doutores”. O novo, para a humildade dos que são sábios no sentido evangélico do termo.

Frei Antônio Moser, OFM

Aos 12 de outubro de 1984, em Santo Domingo, o Papa João Paulo II abriu um novenário com vistas aos quinhentos anos de “descoberta” e evangelização da América Latina. Desde então, usando palavras suas, muito se tem falado da necessidade de uma *nova evangelização*. Fala-se igualmente de uma *segunda* evangelização, colocando-a em contraste com a *primeira*.

Essas expressões, porém, não vêm entendidas da mesma forma por todos. Enquanto para uns a necessidade de uma *nova* evangelização significa que a *antiga* falhou, para outros o que houve nos últimos decênios foi um *desvio* da verdadeira evangelização. Para os primeiros, as falhas da antiga evangelização, verificadas por um cristianismo que teria abençoado atitudes anti-evangélicas, e que até hoje se manifesta periférico, exigem uma reestruturação de todo o processo evangelizador. Para os segundos, os desvios dos últimos decênios é que

devem ser substituídos por uma *retomada* do processo anterior.

Para chegar a uma compreensão mais adequada do que nos parece dever ser entendido como *nova* evangelização, partiremos da busca do *novo*, uma característica evangélica que marca profundamente o humano. É próprio do humano sempre buscar algo de novo. Por isso não causa estranheza que, junto com um balanço dos 500 anos de Evangelização, se queira buscar algo de novo.

Contudo, também parece próprio do humano revelar receio diante do que é novo. Partir para algo de novo, significa ter a coragem de deixar de lado certas seguranças e comodismos. No contexto da evangelização da América Latina, significa ter a coragem, diante de uma análise objetiva, de reconhecer eventuais falhas, rever certos processos e mesmo objetivos. E isso certamente não é fácil.

Finalmente, é preciso buscar uma espécie de síntese que evite os extremos da exaltação ou do desprezo, tanto do presente quanto do passado. Só assim se poderá tematizar devidamente o que todos sentem como uma necessidade: que o Evangelho penetre mais profunda-

mente não só nas pessoas, como também nas estruturas da sociedade. A referência ao passado só interessa enquanto abre caminhos para uma atuação frutuosa no presente e no futuro. E é nesse sentido que pretendemos encaminhar nossa reflexão.

1. O FASCÍNIO DO NOVO ESCONDE EXPERIÊNCIAS PROFUNDAS

Entre as características mais marcantes do *humanum* encontra-se certamente a da busca do que é *novo*. Não existe cultura nem povo que não experimente a busca do *novo* como uma necessidade ligada à própria sobrevivência. Uma experiência multissecular e diversificada historicamente nos assegura que, o que não se renova, morre.

marcadas por *novas fases*. Se é verdade que a vida se caracteriza por um passado inalienável, é também verdade que ela só se faz presente por um futuro que rasga novos horizontes.

Sendo assim, deveríamos dizer que a busca do *novo* não é um acidente, mas é algo de constitutivo do próprio ser humano, observado em todos os níveis.

1.1. Uma experiência antropológica

Nenhum povo, nenhuma cultura, conseguiram deixar marcas profundas na história sem, ao mesmo tempo, serem contagiados pela busca do que é novo.

1.2. Uma experiência teológica

A busca do novo não é, contudo, apenas uma experiência antropológica. É também uma experiência teológica. Na origem de toda renovação humana, a fé entrevê Aquele que "renova todas as coisas". O Deus da Revelação é o Deus que se esconde por trás da esperança de "um novo céu e uma nova terra". Poder-se-ia mesmo desentranhar um rico filão bíblico teológico em torno da palavra "novo". Basta recordar algumas expressões: Novo êxodo; nova aliança; nova criação; nova criatura; novo testamento; novo coração, mandamento novo. É o próprio Deus que, por assim dizer, empurra seu povo para frente. De alguma forma, aqui

Foi no impulso da busca de um *Novo Mundo* que espanhóis e portugueses, na trilha de outros povos, lançaram-se ao mar do desconhecido. Foi o fascínio do *novo* que deu aos conquistadores o *elã* para enfrentar todo tipo de dificuldades. E é o mesmo *elã* que impulsiona as pesquisas científicas e tecnológicas.

A mesma experiência, verificada a nível social, marca a vida das pessoas. Todas as formas de vida, mas particularmente a humana, são

emerge a teologia do caminho. Deus quer seu povo caminhando e não parado. Por isso, até certo ponto, o "antigo" aponta para o pecado, uma volta atrás; enquanto o "novo" aponta para a graça, um passo em frente.

Particularmente em Jesus Cristo, a força inovadora de Deus deixa o plano das aspirações meramente humanas para projetar-se como característica dos projetos divinos referentes à humanidade. Toda a práxis e toda a atuação de Jesus Cristo vêm marcadas pela boa *Nova*. Uma boa *Nova* que, forçosamente, se choca com as velhas cantilenas dos que, em nome de Deus, fazem do apego às pequenas e envelhecidas tradições, um pretexto para afastar a boa *Nova* do Reino.

Não é difícil de se perceber em que consiste essa boa *Nova* trazida por Cristo e para quem ele a destinava. Cristo dirime as dúvidas logo de início, no seu discurso programático, na Sinagoga de Nazaré. A boa *Nova* consiste em deixar claro que os excluídos pelos poderosos deste mundo são os preferidos por Deus; que os que não têm vez nas velhas estruturas sociais e religiosas são não só os destinatários privilegiados, mas também os agentes das profundas inovações que Deus está disposto a operar neste mundo envelhecido.

Mas a "Boa Nova" de Jesus, vai além do nível sociológico: ela mergulha no plano propriamente teológico. Se existe toda uma desarticulação nos planos sócio-político e econômico, é porque ali se histori-

za uma ruptura mais profunda: a ruptura produzida pelo pecado. Jesus começa a atuar no plano histórico, mas o ultrapassa, na medida em que chega à raiz mais profunda de todos os males.

1.3. Experiência religiosa e eclesial

O fenômeno religioso é um dos mais intrigantes do nosso tempo. Por um lado ele só se mantém na medida em que se institucionaliza de alguma forma. Por outro, o reforço da estruturação é ao mesmo tempo a expressão do seu envelhecimento. Por um lado, é forçoso reconhecer o cansaço de suas formas estratificadas. Por outro, o ressurgimento de novas expressões.

Algo de parecido se passa também no campo da Evangelização. Essa só pareceria possível enquanto apoiada por estruturas sólidas, e hoje cada vez mais sofisticadas. O aprimoramento da "aparelhagem" parece ser uma exigência inerente de uma sociedade cada vez mais fascinada pela força da técnica em suas múltiplas expressões. A comunicação de qualquer mensagem passaria, forçosamente, por técnicas modernas, e teria que contar com o placet dos donos do poder. Contudo, por outro lado, muitos fatos vêm confirmar que a força do Evangelho não pode ser confundida com a força das instituições eclesiais, e muito menos com a força dos poderosos deste mundo. Pois esses têm outros interesses. É possível que os questionamentos surgidos em torno da primeira

Evangelização se prendam também ao fato de ela se ter apoiado sobre a força dos poderosos das várias

épocas e situações. A aliança entre o trono e o altar acaba sempre se revelando maléfica.

2. O MEDO DO NOVO

Se é verdade que a busca do *novo* traduz uma experiência múltipla e profunda, o inverso também é verdadeiro. O *novo* tanto fascina quanto assusta. Partir para algo de *novo* significa posicionar-se diante de um passado, muitas vezes secular, como é o caso da Evangelização da América Latina. Significa também perceber que certos eixos críticos deverão ser revistos. Significa ainda perceber e assumir as implicações inerentes aos deslocamentos destes eixos.

2.1. O medo de jogar fora o passado

A análise das raízes do medo do *novo* nos leva, forçosamente, a perceber que o medo nem sempre se apóia sobre o comodismo ou sobre a falta de audácia. Esses podem ser componentes, mas não o são forçosamente. Sobretudo, em se tratando de Evangelização pode-se pressupor que as raízes mais profundas remetem ao zelo por manter um patrimônio não apenas multissecular, mas evangélico. Com que razões poderíamos avançar a suspeita de que os autores da primeira evangelização se acomodaram a um caminho de facilidade ou partiram de pressupostos errôneos?

A possível comodidade é facilmente descartada quando se consi-

deram as condições precárias nas quais agiram e a audácia que levou muitos evangelizadores a pagarem seu zelo com o martírio violento ou a conta-gotas.

Já em se tratando de possíveis pressupostos errôneos, seria conveniente perguntar-se pela "consciência possível". Evidentemente, a expressão "consciência possível" não pode ser avançada para justificar tudo, seja do passado, seja do presente. Assim como a chamada "consciência errônea", também a "consciência possível" deixa em aberto a responsabilidade de quem se abre ou se fecha aos sinais de Deus no tempo. Mas, certamente, é todo um contexto religioso e cultural que deve ser levado em consideração.

Sendo assim, que tanto a comodidade quanto um ponto de partida errôneo certamente não explicam todas as raízes do medo face ao novo, seria conveniente avançar uma outra coordenada: Todos os evangelizadores, de todas as épocas, sabem que o Evangelho chega até eles por uma Tradição, não só escrita, mas também falada. Em outros termos, é bem possível que por trás do medo do *novo* exista também o zelo por conservar um patrimônio recebido, e sem o qual a evangelização perderia sua substância.

2.2. Deslocamento de eixos

A percepção presente de que o Evangelho não penetrou de modo suficientemente profundo nas grandes massas, e muito menos nas estruturas da nossa sociedade, faz os evangelizadores de hoje se depararem com questões muito sérias. Todas apontam na direção da necessidade de mudança de certos eixos centrais. Entre esses certamente vão surgir o da justiça, o das maiorias empobrecidas e o das novas frentes que vão se impondo em vista das mudanças estruturais da sociedade.

Quando se toma como ponto de partida a inegável primazia do Reino como a proposta central de Jesus Cristo, não se pode deixar de ter presente que os seguidores de Jesus Cristo deverão buscar em primeiro lugar "o Reino e sua Justiça". A Justiça seria mesmo o valor genético do Reino, pois a justiça equivale aqui aos planos de Deus que deverão ser concretizados historicamente. A justificação, no sentido paulino do termo, como perdão do pecado, tem que atravessar as mediações históricas. E é aqui que o perdão gratuito de Deus esbarra com a resistência humana. É o pecado que impede a superação histórica do pecado. Por isso, ao implantar a Justiça do Reino, Cristo se choca, forçosamente com a "justiça" dos homens. Os projetos de Deus vão em caminho inverso aos projetos dos grandes "que se apresentam como benfeitores, mas que de fato dominam". Há um confronto inevitável entre os que dominam e os que são chamados a servir.

O que se constata na práxis de Jesus se evidencia também de modo contundente na realidade latino-americana. São inúmeras as conclamações surgidas em todas as esferas eclesiais no sentido de que é preciso "tomar a defesa dos mais fracos". Como observa Puebla, anunciar um Evangelho sem implicações sócio-políticas seria esvaziá-lo de sua força. E o choque dos interesses em jogo só vem patentear ainda mais uma realidade profundamente "injusta e conflitiva". Ora, partir para uma nova evangelização significa justamente ir ao fundo da questão da justiça de Deus, face às injustiças reinantes, e muitas vezes apoiadas em teses pretensamente cristãs, mas que negam o cerne da mensagem e da atuação de Cristo.

Recolocar o problema da Justiça é recolocar os direitos dos empobrecidos. A opção preferencial pelos empobrecidos, tese central dos documentos mais específicos sobre a Evangelização do Continente (Medellín e Puebla), é outra pedra de tropeço para quem tem medo do *novo*. Esposar essa opção traz em seu bojo uma mudança de ótica, com tudo o que isso significa. A opção pelos empobrecidos, obriga a uma conversão que começa por um novo olhar sobre a realidade, se aprofunda numa revisão de critérios de julgamento, e arrasta consigo uma prática que se choca de frente com práticas correntes na nossa sociedade. Tomar a sério a opção pelos empobrecidos significa colocá-los lá onde o Evangelho os coloca: não só como beneficiários da

Boa Nova, mas também como seus agentes e mensageiros privilegiados. É sobre eles que deverão repousar tanto as bases da *nova* evangelização, quanto as bases de uma *nova* sociedade que esta pressupõe.

2.3. Novas frentes

Abrir novas frentes é sempre um desafio. Maior desafio é ter que enfrentar frentes que a gente mesmo não abre, mas das quais não pode furtar-se. A sociedade que deve ser evangelizada é hoje muito diferente daquela que os primeiros missionários encontraram. Muito mais complexa sob os vários aspectos: cultural, social, econômico, político, e religioso. Queremos ressaltar apenas três desses aspectos: o social, o cultural e o religioso.

Com razão se fala hoje muito em *modernidade*. Toda a América Latina, apesar de ser Continente subdesenvolvido, apresenta as marcas da modernidade. Quando se transita pelas capitais, facilmente se tem a impressão de estar diante de uma sociedade não só industrializada, mas revestida de todas as demais características da modernidade, no que essa apresenta de positivo e de negativo. Por um lado nota-se um inegável "progresso" nas várias frentes: econômicas, políticas, sociais. Por outro, são patentes os vícios acoplados ao "progresso" e tão bem detectados pela *Populorum Progressio* e pela *Sollicitudo Rei Socialis*.

Ademais, aqui se encontra o primeiro tropeço: ao lado do que há

de mais moderno se constata o que há de mais primitivo. Não nos encontramos diante de sociedades homogêneas, mas profundamente heterogêneas. Este é o Continente dos contrastes gritantes, entre progresso e atraso, entre riqueza e pobreza, entre luxo e miséria, entre pessoas letradas e milhões de analfabetos. Evangelizar neste contexto é, por si só, um grande desafio. Os antigos métodos, mesmo se já foram eficazes, mostram-se totalmente impotentes. A evangelização exige uma profunda análise da realidade. E mais do que isso, uma inculturação.

Deste contexto marcado pelos contrastes, se depreendem facilmente três pontos do desafio evangelizador: um que se direciona para os contrastes sociais, outro para os contrastes culturais, o terceiro, para os contrastes religiosos. No que se refere ao primeiro, evidenciam-se todos os desafios de uma injustiça institucionalizada que só faz aumentar o fosso entre as diversas classes sociais. No tocante ao segundo, requer-se perspicácia para detectar e reforçar os valores, como também para detectar e ajudar na superação dos anti-valores já profundamente introjetados nas diversas culturas. O terceiro, o religioso, traz à tona todo o problema da religião oficial e da religião do povo.

É certo que todos esses desafios podem atemorizar os evangelizadores. Mas é exatamente neste contexto que convém lembrar um dos traços fundamentais da teologia bí-

blica: Deus se serve de instrumentos frágeis, para revelar sua força. É significativa a expressão freqüen-

temente associada à hesitação de certas figuras bíblicas: vai, não tenhas medo, eu estarei contigo.

3. EM BUSCA DE UMA SÍNTESE CRIATIVA

A objetividade nos obriga a não ocultarmos eventuais falhas da primeira evangelização. Só esse reconhecimento será capaz de abrir espaço para uma segunda evangelização, que venha corrigir e completar a primeira. Mas a mesma objetividade também nos obriga a não sermos ingênuos diante da ambigüidade que marca o momento presente: ambigüidade que brota de uma realidade extremamente complexa. A síntese dialética consistirá em saber "tirar coisas novas e velhas" da fonte sempre borbulhante do Evangelho.

3.1. Falhas da primeira evangelização

Até documentos oficiais (...) reconhecem isso. Normalmente essas falhas são atribuídas à fraqueza humana. É um aspecto da questão. Mas certamente deveríamos ir mais longe, levados pelo desejo de evitar erros do passado. Ir mais longe significa analisar com muita perspicácia tanto o projeto colonizador, quanto a função dos evangelizadores.

O projeto colonizador vem marcado pela ambigüidade da aliança entre trono e altar, entre cruz e espada. Por circunstâncias históricas, os primeiros responsáveis pela colonização o eram também em termos de processo evangelizador: eram os reis que enviavam e "man-

tinham" os missionários. Esses eram funcionários reais. É fácil deduzir as conseqüências. O projeto colonizador, no fundo um projeto de dominação, de supressão da cultura nativa, era assim abraçado e reforçado em nome do Evangelho.

É preciso ter claro ainda, que essa ambigüidade não se restringe aos anos 500: em termos de Brasil ela se estende até a proclamação da República, de forma explícita; e mais adiante ainda, de forma implícita. A tentação de contar com o apoio dos donos do poder sempre se fez presente e de modo triunfante. As exceções confirmaram a regra.

3.2. Desafios atuais

Existem desafios que brotam das novas frentes, já assinaladas acima. Entretanto, esses não são propriamente os maiores. Os desafios mais sérios provêm de velhos problemas não devidamente resolvidos, e mais acentuados hoje. Pressuposto que se esteja disposto a evangelizar de modo consciente numa sociedade de classes, marcada pelas injustiças, os empobrecidos deverão estar no centro desse processo evangelizador. Isso não só como beneficiários, mas também e sobretudo como *agentes*. Acontece que ficam questões pendentes. Enumeramos algumas: em que sentido os empobrecidos serão os agentes, quando já in-

trojetaram muito da ideologia dominante? Como fazer a triagem entre valores evangélicos que eles certamente encarnam e seus eventuais vícios? Será que iremos trabalhar só com pequenos grupos, ou com as massas? É certo que a fé comporta uma adesão pessoal e que a Igreja é comunidade daqueles que aderem ao Cristo. Mas como irradiar o Evangelho, atingindo as massas, sem, contudo, cair na tentação de se criar uma nova cristandade? Que fazer com a classe média baixa, que no contexto brasileiro é detentora de alguns bens, sobretudo intelectuais, assume certas atitudes elitistas, mas que, por outro lado, também é oprimida, aspira por mudanças profundas, e está disposta a colaborar num processo evangelizador? Como fugir da tentação de servir-se dos poderosos e confundir-se com eles?

Esses são alguns dos muitos desafios que emergem da ambivalência do momento presente, tanto social, quanto eclesial. Para se chegar a uma síntese, no sentido dialético do termo, certamente esses desafios deverão ser cuidadosamente analisados e as soluções buscadas através de uma prática árdua.

3.3. Desafios para a VR

Ainda que os desafios da nova evangelização se destinem, naturalmente, a todos, nada há de surpreendente que se destaque o papel insubstituível dos religiosos e das religiosas. A Vida Religiosa ofereceu e ainda oferece até hoje

o maior contingente evangelizador da América Latina. Ela representou e ainda representa as maiores "forças" humanas e estruturais na nossa Igreja. Por isso mesmo, pode-se dizer, sem exageros, que os resultados da nova evangelização dependem em grande parte do modo como ela se portar. Que significariam para ela "o antigo" e "o novo"? Essa parece ser a questão central.

O "antigo" traz à tona logo uma série de coisas: grandes conventos, muitas vezes cercados de altos muros, grandes escolas e hospitais, grandes obras. É claro que nem sempre o melhor caminho é o de simplesmente se desfazer de um patrimônio adquirido durante décadas e às vezes mesmo durante séculos. Tudo depende de como esses espaços são utilizados e de qual é a clientela que freqüentam, e que os freqüenta. Mas, indiscutivelmente, a inserção, com tudo o que isso representa, traz em seu bojo uma verdadeira revolução interna, no modo de ser, de agir e de pensar. Certamente é nessa direção que aponta o "novo". O novo não impede, pelo contrário força a redescobrir a identidade profunda de cada Ordem ou Congregação. É muito significativo o testemunho de um Provincial Franciscano do Vietnã: "No início pensávamos que estávamos perdidos... Não sabíamos nos defender, nem na cozinha, nem no trabalho... Com o tempo descobrimos que a perda do nosso patrimônio foi conduzida pelo nosso Pai São Francisco... Redescobrimos nossa identidade em todo o seu frescor".

Mas o antigo em termos de América Latina aponta ainda para outras direções. Sabidamente esse sempre foi um Continente marcado pelos "doutores". O poder não só se manifesta através dos imóveis e dos recursos financeiros, mas também através da fina intelectualidade. Ninguém ousaria sugerir que os religiosos e religiosas abandonem o cultivo do seu patrimônio intelectual. Até pelo contrário, esse é mais do que nunca requerido para trabalhar junto aos empobrecidos. Só quem tem um grande preparo poderá ver mais longe, intuir as necessidades mais urgentes, intuir os melhores caminhos para chegar a um determinado objetivo. Embora a capacidade intelectual sabidamente não represente tudo e possa ser preenchida por outras qualidades, ela, com certeza, é um dos atributos preciosos para uma adequada evangelização. Mas aqui se apresenta, justamente, o desafio de assumir literalmente o Evangelho quando diz: "Eu te bendigo Pai, porque revelastes essas coisas aos pequeninos". Isso representa uma virada profunda, tanto em termos de postura pessoal, quanto em termos de metodologia. O antigo aponta para a prepotência dos "doutores"; o novo, para a humildade dos que são verdadeiramente sábios no sentido evangélico do termo.

Sabidamente também, a América Latina sempre foi um Continente marcado pela miséria das massas. A Vida Religiosa, ao longo de todos esses séculos, encontrou caminhos para responder a essa miséria. Diante da compreensão que

hoje temos da miséria, porém, com certeza o antigo aponta para o assistencialismo, puro e simples; o novo aponta para a transformação profunda das estruturas econômicas e sociais. E essa transformação só parece possível mediante um tipo de organização que não só responda às necessidades imediatas, mas vai armando os pressupostos para suplantiar os mecanismos geradores dessa miséria.

Finalmente, também no campo estritamente ligado à Evangelização, nosso passado vem marcado por uma certa duplicidade: se por um lado "os leigos" evangelizavam através de inúmeras confrarias e associações religiosas, por outro, viviam sempre na dependência dos agentes oficiais da evangelização. A última palavra sempre estava com os sacerdotes e os religiosos(as). Se essa é a hora do leigo, e sem eles dificilmente o Continente será atingido evangelicamente em todas as suas dimensões, então é preciso não só respeitar, mas até abrir mais espaço para os leigos.

CONCLUSÃO

Em seu discurso à XIX Assembléia do CELAM, em 1986, o Papa João Paulo II assinalou com três palavras o que deveria caracterizar a *nova* evangelização: ela deveria ser nova no ardor; nova nos métodos; nova na expressão. Ardor, certamente, não significa entusiasmo fácil, pelo contrário, remete para "aquilo que exige muito empenho, muito suor", tanto na linha do

discernimento, quanto da execução. Métodos não são apenas técnicas mais sofisticadas. A metodologia é um dos aspectos mais desenvolvidos pela Teologia da Libertação. Implica, de novo, em análise, ajustamento das situações cambiantes e

práticas que deverão ser testadas sempre de novo. Também a "expressão" não pode significar apenas expressão lingüística: é muito mais uma questão de linguagem; e ainda mais, uma questão de práticas que falam.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

(1) *Evangelii Nuntiandi*, de Papa Paulo VI. (2) Doc. de Puebla. (3) CNBB, Igreja, Comunhão e Missão, SEDOC, 209, Jul-Ag./1988, 15-75. (4) A. A. V. V., Da Conquista ao Descobrimento. 500 anos de Evangelização na América Latina — REB 47 (março/1987) (Mais completo em livro: P. SUESS e Outros, *Queimada e Semeadura*, Vozes, Petrópolis 1988. (5) F. TABORDA, Da Inserção à Inculturação — CRB/1988. (6) Ir. Carmelita de Freitas, Profetas e mártires em 5 séculos de Evangelização, CRB/1988. (7) M. F. dos Anjos, A trama dos

ídolos na Vida Religiosa, CRB/1988. (8) M. AZEVEDO, Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da fé, Loyola/1986. (9) ID., Evangelização, inculturação e Vida Religiosa, *Convergência* 23(1988), nº 209, 33-46. (10) Card. G. DANEELS, *Evangeliser, encore et toujours*, *Lumière et Vie*, nº 1, 1986, 7-18. (11) J. A. BARREDA, Una nueva evangelización para un hombre nuevo, *Studium*, Vol. XXVIII, fasc. 1, 3-34. (12) X. L. DUFOUR, *Novo in Vocabulário de Teologia Bíblica*, Vozes, Petrópolis, 1972. □

O pecado não ficará impune

Bíblia — “O viticultor, porém, respondeu: ‘Senhor, deixa-a ainda este ano para que eu cave ao redor e coloque adubo. Depois, talvez, dê fruto...’”, Lc 13,8.

Leitor — Deus é assim como o viticultor. Não condena. Pelo contrário, estimula. Ajuda eficazmente. Prolonga o tempo. Enquanto houver vida, há esperanças de acerto do passo, de retorno, de conversão, ou seja, purificação dos pecados e os conseqüentes frutos de bondade, solidariedade, misericórdia, justiça.

Bíblia — “Caso contrário, tu a cortarás”, Lc 13,9.

Leitor — O pecado não ficará impune. Mais decepcionante do que a figueira estéril que, por isso, não dá fruto, é a pessoa que não deixa marcas de sua bondade por onde passa. Sem atos de bondade, vegeta-se. Não se vive (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

EVANGELIZAÇÃO COMO MISSÃO DA VIDA RELIGIOSA

O objetivo da evangelização é o de estabelecer uma íntima conexão entre a fé e a vida. Como isto não se deu na América Latina, deve ser agora o objetivo fundamental da NOVA Evangelização.

Pe. Edênio Valle, SVD

Introdução

1. A reflexão terá como um de seus eixos o conceito de "inculturação". Interessa-nos, contudo, não qualquer inculturação, e sim a "inculturação evangelizadora". Interessa-nos a missão, em primeiro lugar em si mesma: em segundo, em sua aplicação à Vida Religiosa, aprofundando a dimensão cristológica da missão. Desta maneira pode ser colocada com maior clareza a questão fundamental: o que é evangelizar.

2. Estamos na América Latina, mas há um quadro de fundo histórico, por trás de nossa experiência cristã. Compreender essa evolução histórica é indispensável para entender corretamente nosso tema.

* No primeiro milênio a Igreja se caracterizava, tanto antropológica como socialmente, por uma extraordinária capacidade de inculturação. Existe um intercâmbio vivo entre fé e cultura através de elaborações e reelaborações repetidas e fecundas, ao longo de praticamente todo o primeiro milênio da história cristã.

* No segundo milênio a Igreja endurece as posições adquiridas, fixando o processo de intercâmbio cultural. O Cristianismo começa a se identificar com uma única forma de expressão, com a cultura do Ocidente. De forma paralela dá-se uma repulsa e até condenação das demais culturas não ocidentais, "descobertas" depois dos séculos XV e XVI.

3. Este processo de endurecimento interessa grandemente à evangelização de nosso continente. A análise crítica da nossa situação de ho-

* In NOSSO BOLETIM, CRB Regional São Paulo, nº 2, 1988, p. 4-19.

je mostra claramente que a distância entre a fé e a vida é um dado constitutivo de nossa realidade, por mais religioso que seja nosso povo e por mais que as categorias cristãs tenham chegado a permear a realidade. Que tipo de evangelização permitiu essa separação? Trata-se, sem dúvida, de uma apresentação do evangelho que separou fé e vida, sociedade e cultura, reduzindo a fé ao individual, omitindo as implicações que têm sua origem na fé, mas que se projetam no social, no político e no cultural.

4. Tipologicamente nossos povos poderiam agrupar-se em quatro grandes grupos sócio-religiosos, tendo em conta as variações regionais.

* Existe o primeiro grupo situado claramente fora da perspectiva ético-cristã: é a elite dominante. Na atualidade esta elite é transnacional.

* Existe o segundo grupo modernizante, secularizado, com clara visão não religiosa, mais ativo como produtor de valores e modelos, muito ligado aos meios de comunicação social, ao mundo artístico e intelectual. Frequentemente se trata de pessoas, tendências e grupos sem raízes em solo, em nossa realidade. Outras vezes, eles expressam nossa própria realidade, projetos e anseios.

* Existe um terceiro grupo de profunda religiosidade sincrética. Constitui a imensa maioria de nosso povo. Este grupo é a grande vítima da violência institucionalizada. Em relação à Igreja, também é um grupo marginalizado. A Igre-

ja tende a relacionar-se mais com outros grupos e classes sociais do que com ele.

* Finalmente existe também um quarto grupo com maior consciência da fé e das relações substantivas que a fé tem com a vida, com a ética, com a sociedade, com a cultura e a política.

Em termos de evangelização, é este último grupo que, partindo de uma experiência nova de conversão e de descobrimento da realidade, faz hoje na América Latina, uma opção pelo terceiro grupo (os pobres) para provocar uma mudança na realidade, com eles. Nesta linha deve-se situar o compromisso de inserção da vida religiosa na realidade latino-americana.

Daí nasce o que há de mais vital em sua espiritualidade, em sua consciência, compromissos da missão, em seu modo novo de viver. Mas também surgem problemas, interpelações e dificuldades ainda não suficientemente esclarecidos. Estes temas têm a ver com a Nova Evangelização, à qual João Paulo II convoca a Igreja e a Vida Religiosa latino-americana.

1 — O que é evangelizar?

Como regra geral, quando falamos de evangelização, pensamos logo no anúncio. Este seria o momento central e primeiro da evangelização. Por outro lado, a perspectiva teológica da missiologia contemporânea vai noutra direção. Como o demonstram os cinco discursos de Pedro nos Atos dos Apóstolos, a evangelização tem que ver

primordialmente com o testemunho. Ou, em outros termos, hoje se considera o anúncio unido ao testemunho. Portanto, o que importa em primeiro lugar é a presença testemunhal de algo que se vive porque Deus atua e se revela a nós como atuou e se revelou em Jesus Cristo. Somos testemunhos do mesmo Deus que Jesus Cristo viveu em e pelo Espírito.

Outro aspecto importante na missiologia atual é a opção firme a serviço do homem em todas as formas de *luta contra a opressão*. O serviço e a luta se complementam, porque de fato, na América Latina o serviço do homem se faz numa situação de escandalosa e anti-evangélica injustiça.

* A evangelização só se faz dentro da *dimensão do amor*, pois o Deus de que damos testemunho e anunciamos, é Amor. Dar a vida e educar para a vida.

* O diálogo é outra dimensão fundamental na evangelização de hoje. Desde a "Ecclesiam Suam" e a "Evangelii Nuntiandi" não se consegue a evangelização sem uma profunda capacidade de sair de si mesmo para pôr-se no lugar do outro. Existem situações (na América Latina menos talvez que na Ásia e na África), que exigem este modo de evangelização como único viável. Há condições sócio-políticas e culturais que só permitem este caminho da comunhão dentro de uma relação pessoal e libertadora.

Resumindo, poder-se-ia dizer que, evangelizar significa *anunciar ao homem os mistérios inseparáveis*:

A) O mistério do próprio homem: viver com cada povo concreto sua história, sua riqueza, sua dignidade, seu potencial transformador, suas lutas, etc.

B) Anunciar, dentro deste mistério, o mistério maior do Deus que não está alheio ao que o homem vive, espera, sofre ou faz. O anúncio deste Deus tem consequências éticas para a vida e a história; é transformador. Libera e liberta o homem e a sociedade. Abre sua cultura a uma dimensão de mais plenitude humana.

Questões para aprofundamento em grupo:

1 — Pense bem concretamente na forma como você pensava a evangelização há 10 ou 20 anos atrás. Em que o seu conceito de missão (evangelização) mudou?

2 — Faça o mesmo em relação ao conceito de evangelização existente em sua Congregação quando ela chegou ao Brasil e no período imediatamente anterior ao Concílio. Compare-o com a visão e a prática de missão que existem hoje.

2 — A inculturação

A) *Uma primeira aproximação para entender do que falamos*

Inculturação é uma palavra nova. Quer traduzir uma visão teológica nova que nasce da resposta que se faz necessária ante as transformações da sociedade e da cultura, especialmente nos últimos decênios. Teologicamente isto não é "novi-

dade": a encarnação do Filho de Deus é uma inculturação, em um duplo sentido: no de fazer-se homem igual a nós em tudo, exceto no pecado, e no realizar este processo segundo as circunstâncias históricas, culturais, familiares e também condições sociais muito concretas.

Historicamente a inculturação também não é propriamente uma novidade, pois todo o desenvolvimento histórico da Igreja não é mais que uma permanente inculturação, na qual existiu mais abertura e adaptação durante o primeiro milênio. Esta abertura se deteriorou por um processo de estreitamento, na medida em que o mundo avançava no sentido da modernidade, secularizando-se. A modernização, como processo sócio-cultural complexo e englobante, tem suas raízes históricas em fins da Idade Média. Consolidou-se e expandiu-se com as modernas revoluções contemporâneas no campo da ciência, da economia, da política, do pensamento, etc. Essa modernização, que trouxe transformações insuspeitadas para o progresso humano, acabou levando a Igreja a se fechar às mudanças e a rejeitar inculturar-se no novo mundo que surgia na Europa, e atingia, por tabela, também as sociedades coloniais da América Latina.

B) Sentidos ligados ao termo *Inculturação*

* *Aculturação*: processo de transformações que se verificam em uma pessoa ou grupo pelo contato com uma cultura diferente da própria ou

pela interação de duas ou mais culturas.

* *Enculturação*: processo pelo qual uma pessoa é introduzida em sua própria cultura. Frisa a relação do indivíduo com a própria cultura. Tem analogia com o termo paralelo "socialização", do vocabulário psicológico e sociológico que destaca a maneira como a identidade de uma pessoa é marcada pelas relações com seu meio, grupo ou cultura.

* *Transculturação*: é a possível ou afetiva transferência unilateral e, em certas ocasiões, impositiva, de sentidos e valores, de símbolos padrões ou instituições, de uma cultura específica para outras culturas. Transculturação, nesta acepção, conota de certo modo uma postura etnocêntrica e/ou de dominação da cultura emissora, auto-suficiente e convencida de sua superioridade cultural. A cultura que age assim, afetando profundamente as outras, tende contudo, a não se deixar influenciar por elas. Tais disposições levam uma cultura a não respeitar nem reconhecer a identidade e os valores das outras culturas. A cultura mais poderosa impõe sua marca sobre as demais culturas, apoiando-se em sua superioridade, quase sempre, político-militar e econômica.

A ação da cultura moderna ocidental (entenda-se da cultura européia e americana) sobre as demais culturas do mundo, especialmente do Terceiro Mundo, se entende como "transculturação", ou como dizem alguns teólogos da libertação, usando um termo de origem

sociológica e política, em termos de dominação imperialista.

Aplicando estes termos ao processo de evangelização que se realizou na América Latina, pode-se dizer que a evangelização se realizou entre nós segundo modelos de aculturação e transculturação, produzindo, inclusive, casos extremos de dolorosas conseqüências que perduram até hoje e repercutem na ação evangelizadora da Igreja de nosso continente. Existe uma certa dissociação entre a religiosidade popular e suas manifestações, por um lado, e a religiosidade e formas de religião propostas oficialmente pela Igreja, de outro. Por isso, pode-se dizer que a enculturação religiosa do povo não se faz segundo moldes sugeridos aos queridos pela Igreja oficial e seus agentes. Daí nascem muitas conseqüências sérias para a ação pastoral e evangelizadora.

C) *Definição de Inculturação*

Pode-se defini-la de várias maneiras, segundo Marcello Azevedo (1).

* Processo de evangelização pelo qual a vida e a mensagem cristãs são assimiladas por uma cultura, de modo que não somente consigam expressar-se com os elementos próprios da cultura mencionada, mas que, além disso, se constituam em princípio de inspiração, ao mesmo tempo norma e força de unificação, que transforma e recria a cultura.

* Processo de evangelização pelo qual se planta uma cultura evan-

gética, de modo que a fé possa germinar e desenvolver-se segundo o gênio próprio dessa cultura.

* Processo de evangelização pelo qual a vida e a mensagem cristãs são transmitidas por uma cultura e não só se expressam mas também inspiram a cultura, sendo força unificadora, com uma dupla fidelidade ao Evangelho e à própria cultura.

Lendo com atenção estas três aproximações ao conceito, pode-se deduzir qual é a inculturação que interessa à evangelização.

Algumas observações:

* Não se deve contrapor cultura e sociedade como se fossem conceitos excludentes tanto no plano teórico como no prático da ação transformadora. Isto é, não se pode deixar de lado a transformação da sociedade, quando se fala de cultura. A cultura é algo vivido e incorporado às pessoas e instituições, às classes sociais e às relações sócio-econômicas. Por isso, não há transformação social, como a quer o Evangelho, sem transformação cultural.

* Podem existir sociedades cuja organização contradiga profundamente as vivências culturais. Tal seria o caso, por exemplo da Polônia ou de alguns povos e situações da América Latina. Mas de fato, também aqui a organização social está regulada pelos valores da cultura. Só que existe uma rede de dominação mais sutil e profunda que deve ser bem discernida, e denunciada cultural e política-

mente. Talvez aqui tenha lugar o conceito de ideologia entendida como a sistematização e organização coerentes de enfoque e conteúdos, que são sociais e/ou parciais por sua natureza, mas que se impõem como interpretações totalizantes e/ou globalizantes, orientadas à ação e à implementação de uma práxis que em geral só atende aos interesses de um grupo ou classe social.

* Ao falar dos quatro tipos sócio-religiosos (ver ponto 4 das observações iniciais) no campo religioso latino-americano se deu a entender que houve e persiste na religiosidade latino-americana uma perda cultural real, provocada pela forma como se fez entre nós a evangelização e se implantou um determinado modelo de Igreja. Pode-se dizer que existiu uma *ruptura cultural* (que é diferente de uma mera fratura cultural), que vem desde a Conquista (séculos XVI e XVII), como o demonstra o artigo de Gonzalez-Dorado (2) relativo ao período da Conquista. Daí nasce uma vulnerabilidade no profundo da cultura e do campo religioso de nossos povos, cuja identidade cultural última não foi tocada pelos valores do Evangelho. Talvez por isso se expliquem que qualquer moda, seja religiosa, ou não, encontre acolhida fácil não só nas classes populares, mas também nos setores médios e nas elites, em detrimento de um projeto latino-americano próprio, fundamentado em nosso modo de ser, em nossa continuidade histórica, em nossos *ethos* culturais e religioso próprios, com

todas as suas repercussões no social, econômico ou político.

Questões para debate em grupo:

1 — Em que pontos a Vida Religiosa está hoje inculturada no povo e na cultura brasileira e em que pontos não está. Tentem discutir em grupos as razões disto.

2 — De sua prática pastoral, levantem alguns elementos que mostrem a “ruptura cultural” existente entre a cultura e a religiosidade do povo e a nossa (de religiosos).

3 — **O que é cultura?**

Há centenas de definições de cultura e por isso é difícil precisar o sentido do que se entende com esta palavra. Gaudium et Spes (nº 53) define a cultura de um modo genérico e global. No texto de Puebla se encontra já uma descrição muito mais operativa e próxima dos problemas suscitados pela inculturação. Necessitamos não tanto uma definição técnica, no âmbito da antropologia social e cultural, mas de uma definição que tenha um caráter operativo, ainda que respeite os elementos oferecidos pela discussão antropológica, histórica, sociológica e filosófica atual. Este conceito deveria ser aplicável à evangelização que é, por definição, um processo vivo de interação entre fé e cultura, no concreto de situações específicas.

Existem três aproximações fundamentais ao conceito:

I) uma, *humanista*, que se refere à cultura como cultivo do espí-

rito da pessoa e dos grupos ou comunidades humanas. Entende-se a cultura portanto, em função de um acervo de conhecimentos, de recursos morais e de sua transmissão. A UNESCO, por exemplo, ou o Papa Paulo VI, em alguns discursos, se referem à cultura desde esta perspectiva. A cultura seria portanto, um patrimônio que deve ser conservado para o bem da humanidade. Neste sentido poder-se-ia falar de "a" cultura humana.

II) O segundo enfoque é *etnológico*. Refere-se ao próprio de cada um dos inumeráveis grupos ou comunidades humanas existentes. Refere-se, portanto, a seu modo de viver, de comunicar-se, ao que os distingue de outros povos... São "as" culturas humanas concretamente existentes.

III) O terceiro enfoque é *antropológico-cultural*. Pressupõe o nível anterior, etnológico. Na realidade se trata das diferentes teorias da cultura que pretendem integrar todos os elementos e fatores que devem ser considerados para se poder ler as culturas... Até 1952 se insistia mais no aspecto fenomenológico da cultura e daí se fazia uma antropologia cultural. Depois desse período, a análise comparativa levou a antropologia a estudar mais o que é subjacente dos fenômenos. Do descritivo passou-se a buscar o "ethos", os valores, o que está por baixo como sentido.

Neste nível antropológico-cultural encontramos também inumeráveis aproximações e tematizações que em forma complexiva se orientam em diferentes direções:

* aproximação ecológico-arqueológica (dos anos 60, 70 até hoje), que considera as culturas como sistemas em adaptação permanente. Em forma geral, se dá prioridade aos fatores econômicos e suas correlações sociais sobre os elementos de idéias ou símbolos dos sistemas culturais, tais como a religião, visão do mundo, normas, etc. Nomes expressivos desta tendência são Marvin Harris ("materialismo cultural"); Godelier, Meillassoux Ter-ray (materialismo marxista); Rappaport e Vaide (ecologismo humano), Stewart (evolucionismo cultural);

* uma segunda aproximação privilegia as culturas como sistemas na ordem das idéias seja como sistemas cognoscitivos (Goudenaough), seja como sistemas estruturais (Levi Strauss), seja como sistemas simbólicos (Clifford Geertz). Nestas concepções de cultura como sistemas de idéias, estruturais e sobretudo para Geertz, como sistema de sentido e símbolos, existem também um reconhecimento do plano material, econômico e ecológico. Portanto, o nível das idéias para eles, não se confunde nem com a superestrutura dos marxistas, nem com a visão de Harris, que em seu "materialismo cultural" opõe o plano simbólico ao material;

* finalmente as culturas são consideradas como sistemas sócio-culturais que englobam e apresentam o conjunto de realidades sociais, isto é, da vida concreta da sociedade. As realidades sociais, por sua vez, traduzem em forma geral as concepções e sentidos da vida no concreto do contexto de ambientes

materiais particulares. A cultura é entendida aqui como um sistema de sentidos e símbolos que formam parte do sistema sócio-cultural. Deve-se observar que o imperialismo europeu distanciou enormemente a cultura em relação à realidade social de muitos povos. E também a atual dominação (de corte capitalista ou comunista) provocou uma ruptura entre cultura e sociedade, no sistema sócio-cultural. Por isso é difícil perceber o que um determinado povo ou grupo social vive e identifica como "seu", como "sua" cultura. Todos estes aspectos são fundamentais para a inculturação do Evangelho nas culturas da América Latina.

Nossa definição de cultura

Cultura é "o conjunto de sentidos e significados, de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis de ação e comunicação da vida de um grupo ou sociedade concreta; conjunto que, consciente ou inconscientemente é vivido e assumido pelo grupo, como expressão própria de sua realidade humana, e se transmite de geração em geração, conservado tal como foi recebido, ou transformado quer em forma pretendida, quer em forma efetiva, pelo próprio grupo" (ver o comentário que o Pe. Azevedo faz desta definição nas páginas 367-392 de seu livro).

Análise da cultura

Na análise da cultura se deve prestar atenção especial a alguns pontos:

* Ter um enfoque global que abranja todos os aspectos e fatores de organização cultural, suas representações, seus conjuntos de valores, símbolos e ações, suas experiências e conhecimentos, sua linguagem, os fatos, situações e contextos considerados também em sua dimensão diacrônica.

* É necessário captar a identidade da cultura para conseguir uma dinâmica de mudança que seja própria:

— Que é o que na mentalidade deste grupo define as fronteiras que o grupo se dá a si mesmo como lugar no mundo; onde está o "nós", e onde começa o "eles" ou os "outros"; que visão tem de si e do mundo, como se relaciona com os outros.

— Considerar tanto a dimensão "sincrônica" como a diacrônica. A evolução histórica do grupo (diacronia), em todos os seus aspectos, é fundamental para compreender uma cultura viva (a sincronia), porque oferece as raízes do universo cultural. A América Latina, neste ponto, acha-se desorientada, devido às múltiplas dominações culturais e às migrações que a caracterizam mais recentemente.

— Captar as mudanças culturais é algo central para a inculturação: que forças internas e externas atuam nessa cultura; qual é a direção dessa evolução? existem várias? são contraditórias? quais são os fatores principais do processo cultural? quais são as reações do grupo ante certas mudanças: abertura, resistência, alienação? quais são as re-

lações entre as transformações e o conjunto da cultura? Às vezes o impacto da mudança é tão profundo que toca o mesmo núcleo da cultura (como é o caso dos grupos indígenas).

Aqui cabe a temática da conflitividade e da dominação cultural, que hoje reveste proporções transculturais e internacionais. Esta dimensão deve estar presente na análise, porque o processo evangelizador depende sobretudo deste aspecto no caso da América Latina. Com efeito, a evangelização nestes cinco séculos exigiu das culturas que se adaptassem a um modelo único, inicialmente o modelo pré-moderno imperial-mediterrâneo; depois a outros modelos impostos desde fora (EUA). Em nosso caso latino-americano e, muito especialmente na conjuntura atual, se trata do modelo capitalista dependente, com seu avassalador impacto cultural na massa.

Questões para debate em grupo:

1 — Sem se preocupar muito com as teorias expostas, tentem dizer em palavras simples o que vocês entendem por “cultura brasileira” e “cultura do povo”.

2 — Em que aspectos a cultura brasileira e a cultura do povo se aproximam ou se afastam da cultura vigente nos ambientes de V.R.?

4 — Modelo de uma evangelização inculturada

Por motivos didáticos distingui-mos aqui quatro níveis que não

são compartimentos estanques, nem aparecem, necessariamente, em sucessão cronológica. São momentos ou níveis que se penetram mutuamente de acordo com cada situação concreta da encarnação do Evangelho numa dada cultura.

Primeiro nível: identificação da cultura

É preciso notar que o antropólogo ou o sociólogo profissional tem interesses e formas distintas de identificar uma cultura, que não coincidem precisamente com nossos interesses na evangelização.

É preciso ter em conta:

a) Buscar como Deus já passou por determinada cultura, identificar portanto, as “semina verbi” (Ad Gentes) presentes na cultura, sabendo que não existe incompatibilidade fundamental entre o que é humano e a fé. A fé não é negação ou renúncia ao humano mas o potenciamento dessa realidade na linha dos valores do Reino.

b) Também não se deve exigir uma mudança de expressões simbólicas. Não se justifica por exemplo, que em nome da fé se imponha o barroco ou o gótico a todos os povos.

c) Isto vale tanto para as culturas chamadas “primitivas” e aquelas que claramente não são européias, como para as culturas populares, no campo ou na cidade, e também, para a modernidade, entendida como cultura.

Segundo nível: as incompatibilidades

Existem critérios para distinguir o que é incompatível com o Evangelho. São basicamente dois:

— Tudo o que destrói o homem vai teologicamente contra o Evangelho. Esta destruição pode ter componentes estruturais.

— Jesus Cristo: nos mostra a idade perfeita do homem aberto ao Deus que lhe fala.

Podemos pois, distinguir dois tipos de incompatibilidades:

Absolutos:

— Tudo o que histórica, política, social e culturalmente é injustiça, opressão, negação do homem: tal é o caso da América Latina, amplamente.

— É importante detectar porque se dão essas características sem deter-se em análises superficiais, heterocêntricas. Um exemplo poderia ser a poligamia. A Igreja considerou este fenômeno cultural só desde o ponto de vista moral, e portanto o condenou. Não percebia que, em certos casos, se trata de um fenômeno com explicações econômicas. A implantação do Capitalismo na África está dando origem à família nuclear, o que todo um século de pregações sistemáticas não conseguiram. Deve-se portanto, à transformação da estrutura econômica, a mudança no sistema de parentesco.

— Portanto a evangelização não consiste em condenar ou proscree-

ver uma instituição cultural, mas em crescer a partir dela, como o fermento do Evangelho. Em relação à cultura moderno-contemporânea, que avassala nossos países, se deveria adotar a mesma posição pastoral.

Relativos

— Jesus vê uma incompatibilidade relativa entre o sábado judaico e seu Deus. Retém o sábado, mas lhe dá um sentido novo, libertador (o sábado é para o homem e não vice-versa). Exemplo: na cultura moderna se dá muita importância ao indivíduo, ao contrário das culturas não-modernas e pré-modernas, que enfatizam mais o grupo social. Na medida em que se difundiu o capitalismo burguês, quer a nível de classe, quer a nível das relações individuais, se passou ao individualismo, à competição, à dominação de uns poucos sobre muitos, à exploração de uns pelos outros. E tudo isto como sistema.

— Existe também uma superação de modelos culturais. Jesus aceita a norma (Levítica) de que o amor tem como medida o amor a si mesmo; mas os sinóticos e Paulo vão mais longe, pondo o próprio Jesus como medida do amor. O mesmo vale para a justiça, que os judeus entendem como equidade, e que Jesus Cristo relaciona com a misericórdia.

Terceiro nível: anúncio específico de Jesus Cristo

— Os dois níveis anteriores pertencem à dimensão humana no as-

pecto do homem e de sua cultura. Pode-se chegar até aí em todas as culturas. A isto se refere Paulo VI quando fala de uma humanização das culturas. Entretanto, há um momento limite em que se inicia uma superação e se abre uma nova compreensão do homem, desde a originalidade única do dom da revelação em Jesus Cristo e da possibilidade nova de que o homem, permanecendo como tal, pode avançar para uma comunhão com Deus e com os irmãos, desde uma nova compreensão de si mesmo no mundo e na história. O anúncio específico deste dom deve, entretanto, ser feito a partir das categorias culturais de cada povo, ainda que seja de fato uma superação das mesmas, na linha da fé no Deus de Jesus Cristo.

Quarto nível: a comunidade

Há uma diferença pastoralmente importante entre o anúncio do dom (Cristologia) e a vivência comunitária do mesmo dom (Eclesiologia): A comunidade é, ao mesmo tempo, fruto do anúncio e anunciadora.

Pontos complementares importantes

a) Um dos perigos da inculturação é absolutizar a cultura. Por não perceber o processo, o caminho de transformação percorrido cai numa arqueologia da cultura, na tentativa de ressuscitar múmias. O povo não tem às vezes consciência do processo de mudança ao qual se encontra submetido. Podemos discerni-lo junto com ele.

Quando se absolutiza uma cultura, se dá a tendência de afastá-la das outras, procurando "protegê-la". Isso é irreal e negativo. Há que estar dentro da cultura para afirmar com mais segurança a própria identidade e também para dialogar com outras culturas, crescer e defender-se, se for necessário.

b) A unidade da Igreja não se consegue através de uma uniformidade do modelo cultural. O princípio de unidade consistirá (antropológica e teologicamente) numa plataforma mais fundamental, construída sobre o que une o homem com Deus e aos homens entre si. Não se deve temer uma fragmentação individualisticamente exacerbada das culturas ou das teologias; a diversificação é real, porque é necessária, mas cada cultura sabe que não totaliza o Evangelho nem a Igreja.

O pecado da cultura ocidental de corte cristão, foi pretender, durante séculos, ser o único modelo para o Evangelho. Devido a isto, não se abriu nem se deixou fecundar nem fecundou, com sua riqueza cristã, as culturas com as quais entrou em relação desde uma posição de superioridade.

c) A respeito das culturas indígenas, se dão três posições fundamentais:

* Uma é a mais arqueológica e pretende preservar as culturas tais como existem. Tal é a posição de muitos etnólogos e de alguns missionários que deixam de lado os níveis 3 e 4 da evangelização inculturada.

* Noutro extremo se encontra a posição dos que advogam pela assimilação rápida à sociedade nacional, evidentemente em detrimento da indígena.

* Finalmente uma terceira posição busca preparar, pedagogicamente, os grupos indígenas para o inevitável encontro e confrontação com a cultura envolvente e seu projeto de dominação. O objetivo é o de gerar e reforçar a consciência e a capacidade de afirmação da cultura.

Questões para debate em grupo:

1 — Apliquem os quatro níveis da evangelização a uma situação pastoral concreta, vivida, por exemplo, por um grupo de religiosas inseridas.

2 — Apliquem o que está dito à questão da valorização da cultura negra na sociedade e na Igreja brasileira.

5 — A nova evangelização

É preciso ter em conta que evangelizar não é somente anunciar, mas sobretudo, ser testemunhos vivos do homem e do Deus do Jesus Cristo:

— é servir, participar, superar limites;

— amar, dar a vida, entrar em comunhão;

— é interpelar, denunciar, desafiar a conflitividade da situação que é contrária àquilo que se anuncia;

— é ter consciência do rechaço do Evangelho (sereis perseguidos).

Portanto é necessário ter consciência:

— do profundo enraizamento humano da fé; ele cresce desde e para o homem e nunca contra ele;

— de que o objetivo da evangelização (de sempre) é o de estabelecer uma íntima conexão entre a fé e a vida; de fundamentar uma nova práxis. Como isso não se realizou na América Latina, deve ser agora um objetivo fundamental da nova evangelização. Este objetivo faz, de fato, nova esta evangelização;

— não se evangeliza só com o fazer ou o agir (entendido exclusivamente), mas, no ser-viver-agir.

A nova evangelização deve partir da experiência do homem; da experiência de Deus.

A experiência do homem

A análise da realidade latino-americana nos mostra um quadro doloroso. Esse é o pano de fundo do anúncio novo, da conversão e da transformação que o Evangelho exige hoje.

Nesse quadro notamos limites e possibilidades.

Limites do homem

* Temos em primeiro lugar a experiência do limite ontológico. As utopias do liberalismo ou do socialismo marxista, em suas distintas variações, se estabeleceram a par-

tir. do homem como finalidade última e exclusiva. Depois de 100 anos, estão mostrando seus limites de fato: bilhões de seres humanos continuam na ignorância, na opressão, na fome; são destruídos por conflitos e guerras. Chernobil revela o limite perigoso da tecnologia; a guerra atômica é vivida como pesadelo pela juventude européia, da América Central e Mediterrâneo; a violência, o terrorismo, a ecologia enlouquecem; o mito da unidade proletária, da revolução, etc. entrou em crise. Em uma palavra, o mundo experimenta o limite do "progresso" de cada continente, segundo seu próprio estilo. A Evangelização deve tocar esse limite sombrio. Este limite parece abrir o homem a um tipo de "pobreza" sensível ao Evangelho.

* Experimenta-se também o limite moral (Rom 7). Com efeito se percebe:

— Uma profunda experiência de nossa fraqueza, incoerência, impotência, etc.; quer dos indivíduos, quer das sociedades (pecado social).

— A incoerência moral e ética pode ser o ponto de partida para uma recuperação da dimensão do pecado, da necessidade do perdão. Há necessidade de "perdão" também para os processos históricos (por exemplo Chile, Argentina, América Central). Acrescente-se a estas experiências outra, a dos limites psicológicos, pela incapacidade e a fragilidade de nossa busca da verdade. O orgulho, a auto-suficiência da ciência, tão típicas do século XIX, se dobram. Sente-se a neces-

sidade de desmascarar todos os disfarces que usamos para esconder e inverter a realidade (desideologização, desmistificação).

* O Evangelho insiste muito em que se deve perder a vida para poder ganhá-la. Um mundo que toma consciência de que não é dono do processo, talvez esteja começando a trilhar o caminho do Evangelho.

* Finalmente, se dá a experiência da conflitividade irreduzível:

— Às vezes, a partir do pluralismo, outras vezes motivadas pelas dominações econômicas, sociais, políticas, etc.; nas relações entre povos e classes.

— Nossa reflexão latino-americana tem muita consciência do limite estrutural que nasce das dominações.

Torna-se imprescindível um discernimento contínuo, como exigência do pluralismo.

Potencialidade do homem

Capacidade de crescer no amor, na solidariedade, na verdade.

Atitudes fundamentais que se devem alcançar:

* Fazer que o homem se converta de sua recusa de Deus, fato típico da modernidade socialista e capitalista.

* Conduzi-lo para uma superação ou evitar os obstáculos que impedem a liberdade.

* Levá-lo à conversão, para não ser norma absoluta de si mesmo.

* Conduzi-lo a ser-em-comunidade, para superar o individualismo na comunidade de fé.

Experiência do homem em seu encontro com Deus

Trata-se da experiência daquilo que chamamos "terceiro nível" da evangelização inculturada, como plenitude do conteúdo nos dois primeiros níveis:

* Deus amor, libertador, próximo a nós, capaz de sofrer.

* Deus pessoal e trinitário, comunidade de amor que se expande e se comunica.

* Deus libertador que visita a Israel e se faz história deste povo.

* Deus dos pobres.

Eixos da Nova Evangelização

Todo o mistério da presença de Jesus Cristo é de libertação do pecado e de suas conseqüências históricas. O esforço da evangelização deve ser reatualizar a libertação:

* A evangelização toma a sério este processo; não tem medo dele, nem muito menos da palavra que o designa.

* Luta contra toda opressão e não-participação.

* Busca a libertação integral das pessoas e das classes; a libertação cultural, política, social, econômica, etc.

* Busca articular fé e realidade, fé e política (não se aliena frente à história, toma posição na socie-

dade), fé e práxis. A práxis deve ser entendida não como mera "prática", mas como reconstrução consciente da história, porque dela se toma consciência desde a fé; e nela se assume uma posição e se intervém, buscando objetivos de transformação.

* Tudo deve ser feito a nível pessoal, comunitário e social. Com meios que levem à conversão da pessoa e à transformação qualitativa da comunidade e da sociedade. Qualquer tentativa de separar o pessoal do social em sociedades e culturas modernas é ingênua, visto que as situações modernas (por seus conflitos, fragmentações e ideologias) toca por dentro aos indivíduos, fazendo que duas dimensões caminhem necessariamente juntas.

A Evangelização Nova é inculturada

* Ela deve articular fé e cultura, através do diálogo vivo entre cultura e fé; da identificação do valor da cultura, da abertura da cultura para as demais culturas, para que esta perceba dialogicamente seus limites (ontológico-históricos, morais, psicológicos e teológicos) e suas potencialidades de transformação e maturação. Isto vale também para as micro-culturas;

* A evangelização deve ser também inculturada ela própria; isto é, deve fazer-se dentro dos padrões da cultura na qual se anuncia a novidade do Evangelho;

* A nova evangelização percebe conscientemente que a unidade da

fé se construirá no futuro de um modo distinto e mais profundo;

* Por isso, tem em conta que toda reflexão teológica é necessariamente realizada em um contexto, consciente no lugar de onde reflete sobre o mistério da fé. Por um lado, se relativiza (ou melhor, se dá seu devido valor não unilateral) a teologia que se constrói e, por outro lado, pode destacar melhor este ou aquele aspecto particular que dentro da situação cultural deve ser valorizado para que o Evangelho seja anunciado com toda a sua força transformadora;

* Sabe também desde que lugar social olha, interpreta e intervém na realidade;

* Sabe que a leitura da realidade pode ser diferente em cada elaboração teológica. Também a leitura das fontes (Palavra de Deus, Padres, Magistério) se faz desde um lugar epistemológico específico, porque existe uma reciprocidade texto-contexto, sem a qual a teologia não toca a vida nem expressa a experiência e as exigências profundas da fé;

* Sabe que a interrelação entre as teologias é importante para que se chegue à indispensável unidade profunda da totalidade da Igreja;

* Sabe que a práxis do testemunho da fé (pastoral) também está situada em um contexto. No campo da ação pastoral em torno dos grandes temas (paz, justiça, direitos sociais, solidariedade mundial) torna-se cada vez mais imprescindível um intercâmbio contínuo e orgânico en-

tre as diferentes práxis. Hoje existe uma "mundialidade" nas relações entre os povos, economias, blocos, entre o primeiro e o terceiro mundo. A Vida Religiosa, por ser internacional, tem neste ponto uma importante tarefa eclesial, rompendo fechamentos do tipo "paroquialista". É necessário buscar referências de unidade na teologia, na espiritualidade e na ação pastoral, para que a universalidade e unidade vivas da Igreja sejam continuamente revisadas, reatualizadas, e novamente alimentadas. Especialmente este trabalho deve ser feito onde a Igreja se enfrenta com novas fronteiras.

*Por que é nova
esta evangelização*

A resposta é simples: porque existem problemas novos que não existiam nas sociedades não-modernas ou pré-modernas. E ademais, porque a pastoral tridentina fixou as posições da Igreja, separando-a de uma confrontação mais orgânica, mais contínua com a problemática nova que ia nascendo à medida em que a modernidade contemporânea se consolidava (fora ou contra a Igreja).

Observação final: Dever-se-ia abordar ainda a questão da evangelização da moderna cultura contemporânea. Fica para outra ocasião.

Questões para debate em grupo

1 — O que, na pastoral existente em sua Igreja local, corresponde à "nova" evangelização e o que não corresponde?

2 — Sua Congregação, você, se deixaram converter pelas exigências da nova evangelização? Em que isto se manifesta? Ou então, por que se resiste a tais exigências?

BIBLIOGRAFIA

(1) Comunidades Eclesiais de Base no Brasil e a Inculturação da fé, Edições Loyola, 5 São Paulo, 1986. (2) Antonio

Gonzalez Dorado SJ: Los Religiosos en la historia de la Evangelización de América Latina (Texto de trabajo 4 para la XXII Junta Directiva da la CLAR). □

Toda prudência não é suficiente

Cinquenta mil mortes em 1988 no trânsito e nas estradas! Uma guerra que vai sendo travada e perdida todos os anos. Estatística trágica. Repetição inconstante de mortes. Ironia dramática: Ah! acidente acontece com os outros! Ora, os outros, na verdade, somos nós mesmos (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

Realidade consoladora

Bíblia — “Desde já somos filhos de Deus, mas o que nós seremos *ainda não se manifestou*”, 1 Jo 3,2.

Leitor — No interior da *FÉ* que professamos em nossa atual condição de peregrinantes se aponta para a vivência da *ESPERANÇA* que impulsiona para o futuro definitivo (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

Com a força da graça

Bíblia — “Simão Pedro atirou-se aos pés de Jesus, dizendo: ‘Afasta-te de mim, Senhor, porque sou um pecador’”, Lc 5,8.

Leitor — Ninguém é digno de Deus. É sua graça que nos capacita à sua amizade. Uma progressiva experiência de intimidade com Jesus revela nossa fraqueza e nosso pecado e a necessidade da graça para garantir o sucesso da obra: exercer, com a força da graça, o ministério dado por Jesus (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

O CARISMA DO RELIGIOSO NA ÓTICA DO POBRE

“Ser carismático em nossa história é fazer germinar uma prática onde se socializa o poder, o ter, o saber, o ser, para que assim se construa uma convivência eclesial, social de acordo com o amor”.

Frei Luiz Augusto de Mattos, OSA

Esta reflexão que aprofunda o carisma do religioso na perspectiva do pobre, quer contribuir para a redefinição missionária — prática pastoral e social — do agente religioso diante da história.

Entendendo a vida religiosa como “corporificação” testemunhal da vivência carismática junto ao povo de Deus, procura-se demonstrar como ela (a vida religiosa) deverá assumir a fonte dos carismas — a caridade pela solidariedade concreta — em nossa situação de miséria, doença e opressão. Compreende-se que o “dom pneumático” é dado para ser colocado a serviço da comunidade e do corpo coletivo — cf. 1Pe 4,10; 1Cor 12,7-9, como se afirma: “A vida religiosa terá sentido na Igreja e no mundo e será fonte de profunda felicidade para os meus membros, na medida em que for realmente um ‘ouvir delicado’ prestado ao Espírito e um *Sim* incondicional às suas genuínas

solicitações. O Religioso ou Religiosa que regateia ou ‘negocia’ com o Espírito coloca-se em condições ambíguas ou contraditórias, arriscando-se a já não encontrar, um belo dia, o sentido da sua vocação ou profissão” (E. Bettencourt).

Tenta-se demonstrar, nesta reflexão, que escutar e ser fiel às interpelações do Espírito em nosso contexto, só é possível a partir do compromisso efetivo e eficaz em favor dos pobres. Daí a importância de compreender essa “graça especial dada pelo Espírito” (= carisma) à luz de *novos critérios*, o que colocará todo religioso diante de uma série de *desafios*. Desafios que, ao serem assumidos na práxis, ajudarão a ressuscitar a vida religiosa no que tem de carismática.

Com isso, acredita-se estar resgatando o carisma do religioso como testemunho evangélico — libertador e transformador — dentro da história. É o renascer do ser reli-

gioso através do carisma refontalizado no compromisso com os bem-aventurados.

Lembramos que este trabalho serviu de roteiro para uma assessoria junto a religiosos que trabalham na área da saúde. Mas o mesmo pode servir para inspirar, iluminar e incentivar a ação dos religiosos em qualquer setor (educação, paróquia, práticas alternativas, etc.).

1. O que é o carisma? Qual sua função?

Carisma deriva de "charis" ou "chairien", significando a gratuidade, benevolência e o dom de Deus ao homem.

Quando se fala em carisma sempre aflora a idéia de: serviço; função; compromisso; dom; dádiva gratuita; vocação, etc., compreensão que lembra ação e graça. Recupera a dinâmica da serviçalidade e a realidade divina do carisma. Sem dúvida, o verdadeiro carismático — e todo cristão ou toda comunidade cristã deverá ser carismático (cf. 1Cor 7,7; 12,7; 10,24) — dinamiza a vida através de atitudes, opções, funções, profissões e habilidades que refletem concretamente a presença do Espírito. Ou seja: o espírito carismático se manifesta real e verdadeiramente quando homens e comunidades colocam o que são, o que sabem, o que têm e o que podem a serviço do Deus Trino e dos irmãos (cf. 1Pe 4,10; Rom 12,4; Ef 4,7), preferencialmente os empobrecidos (Tg 2,5-7). A ociosidade ou a inércia não têm

vez e lugar nos membros ou comunidades carismáticas. Carisma que não quer servir não serve para nada! A vida religiosa como existência agraciada — vida desde a graça e para a graça — só será um lugar e um sinal da experiência pneumática a partir do vivenciar o primado da disponibilidade e do serviço a Deus e a seu povo.

Todas as "capacidades" (carismas) pessoais e comunitárias, como: lucidez crítica e construtiva, coresponsabilidade e prática da solidariedade, prática de unir e organizar, saber científico e técnico, iniciativa do perdão e da reconciliação, etc., deverão, necessariamente, estar a serviço da vida. Para saber se o carisma está ordenado à vida pelo Espírito e em nome do Espírito — ou seja, referido sempre a Deus — faz-se necessário discernir as atividades a partir do critério do "serviço comunitário, desinteressado e superador do egoísmo". Se um "carisma" contribui para destruir ou diminuir a vida — criando a desunião, desagregação, ódio, desigualdade — será identificado como erva daninha. Toda ação carismática é "estrutura estruturante", onde tudo converge para a irrupção da vida em abundância; vale dizer, o carisma além de sua "dimensão vertical" (dom de Deus) deverá obrigatoriamente manifestar sua "dimensão horizontal" (destruindo o pecado entre os homens). Por isso, o ser carismático, através do pluralismo dinâmico dom-carisma-serviço-povo de Deus, só será uma experiência útil e agradável a Deus quando, não ficando na pu-

reza de intenções ou no nível da retórica, vai ao encontro de um compromisso efetivo com o projeto do Reino (cf. 1Pe 4,11).

Nesse sentido, toda práxis carismática é uma constante força de transformação, desestruturação de tudo o que nega o projeto do Reino. O carisma se situa "no nível das capacidades renovadoras, de mudança histórica, uma autêntica *virtus liberationis*" (E. Dussel). Dentro dessa visão se compreende a funcionalidade do carisma como uma vocação do Espírito na experiência do povo cristão, a qual promove a re-criação de toda realidade em ordem à crítica condenatória do sistema sócio-político opressor e explorador, e à construção de um sistema marcado pela justiça e pela fraternidade, onde todos serão saciados do pão da necessidade e da liberdade.

Dentro da realidade latino-americana a vida religiosa é interpelada, desafiada, a essa ação carismática (cf. Tg 4,4). Se o carisma tem por finalidade favorecer a santificação dentro das atividades (Gl 5,22; Ef 4,11), não se pode omitir na tarefa evangelizadora dentro da formação social. O religioso diante da formação histórica dedica-se, movido pelo Espírito (*dynamis tou Theou*), a uma prática pastoral e social em prol da mudança (conversão), da libertação e salvação da história, do mundo. Em fidelidade a Deus e ao povo empobrecido vive-se um verdadeiro ateísmo a todo sistema, serviço, opção, etc., que arranca a vida do nosso meio. É

claro que a ação carismática não se esgota nas congregações ou na Igreja, mas em qualquer lugar deve-se ser sementeira da vida liberta e plena. O importante é cada um "em seu lugar e em sua função e na sua capacidade" ir descobrindo, fomentando e assumindo o "dom do alto", para que evangelicamente testemunhe o projeto de Deus da Vida a toda humanidade. Os seguidores de Jesus Cristo não podem ser pessoas que têm "mediócras espíritos desfiados e preocupados mais com a própria imagem do que com a verdade do Evangelho e o amor aos homens e aos pobres pelos quais Cristo tudo arriscou" (L. Boff).

2. Por um agir carismático: defesa do pobre e oposição a todo empobrecimento

A vivência carismática, na realidade concreta e histórica de hoje, cobra da vida religiosa uma redefinição do próprio carisma (não só o fundacional), em vista de uma atualização testemunhal, transparente, eficaz, profética, esperançosa, em nome do Senhor da Vida e da história. O povo de Deus só terá credibilidade e confiança nos religiosos quando esses — como carismáticos — crescerem e testemunharem, na vocação e na missão-serviço, uma atitude coerente e clara pela promoção e defesa da vida em favor dos empobrecidos e enfraquecidos, e uma luta justa e corajosa em favor de uma sociedade fraterna e solidária. Logicamente, os ídólatras do Capital continuarão com a perseguição!

Essa identidade ou missão do religioso exige uma permanente reestruturação e re-interpretação da vida religiosa. Sem a opção pelos pobres, sem uma encarnação/inserção no meio popular, sem uma perspectiva dos empobrecidos, sem uma luta em defesa da vida e da justiça, sem um poder-serviço em benefício dos espoliados — voz dos oprimidos injustiçados sem voz — é impossível acreditar na eficácia evangelizadora ou libertadora do religioso em nossa realidade. Como todo cristão, o religioso experimenta a fragilidade (amor egoisticamente possessivo e fechado; poder autoritário e discriminador; posse e acúmulo injusto, etc.), o que não justifica a ausência de uma conversão evangélica. Essa “nova possibilidade” do religioso de ser agente comprometido é necessária, imprescindível, como resposta nova, atualizada, evangélica, às questões desafiadoras do presente. É mais. Só nessa nova senda a vida religiosa poderá conseguir sua cristianização (1).

Nessa preocupação de fundamentar a nova experiência religiosa — do lugar e da ótica do pobre, a partir de sua “desprivatização” (não presa ou especializada apenas na esfera religiosa, espiritual, mas aberta (também) à realidade leiga e “secular”) — tentaremos focar características e compromissos do ser religioso que mostram como é vivenciada, aqui e agora, praxisticamente a ação carismática do religioso. Ou ainda: como se prefigura a ação carismática à luz de opções, ações, modelo de vida, etc., que em

nossa história são priorizados em vista das exigências que nascem dos porões da opressão, do silêncio e da marginalidade social.

2.1 Discernimento da vida à luz da “gemido do Espírito”

A vida religiosa não pode prescindir do discernimento cristão. Discernimento que se identifica com “a busca concreta da vontade de Deus, não só para ser captada mas para ser realizada. (...) Como um processo no qual a vontade de Deus realizada implica também a vontade de Deus pensada” (2). Historicamente, vai-se lançando numa prática onde se concretiza o plano de Deus para o seu povo. É o discernimento puxando o cristão para a práxis do amor para com os filhos do Pai que estão deserdados e esquecidos.

Certamente, viver *a partir* do discernir e *pelo* discernir não é privilégio dos santos, senão tarefa de todo aquele que crê. E ainda, o discernimento é o “critério que nos dá a medida do espírito e da práxis que devem acompanhar a todo cristão” (3) — cf. Ef 5,8-10; Rom 12,1-2. Com isso, garante-se a possibilidade de viver em comunhão com Deus e com o povo, preservando o cristão da deslembração, do des-compromisso com o projeto do Reino.

Porém, assumir uma vida à luz do discernimento exige uma verdadeira renovação e transformação da própria vida. Deve-se ter “em conta que não se trata simplesmente de renovar atos da pessoa,

senão de renovar a pessoa mesma, suas faculdades profundas, sua interioridade, sua capacidade de avaliar, de sentir, de julgar e de amar. Porque somente então se pode dizer que alguém tem mudado sua mentalidade e tem assumido uma mentalidade nova" (4). Não se pode esquecer que a pessoa tem que viver o discernimento a partir da vivência comunitária.

Se compreendermos o discernir como uma "auto-transformação que se expressa em uma transformação da realidade" (5), em nosso contexto os frutos do Espírito (Gal 5,22) produzidos pela vida carismática só serão realidade pela experiência do amor fraterno e solidário junto dos pobres. O Espírito está gemendo (Rom 8,26) no seio de um povo que clama por justiça — a justiça é sempre um "imperativo da fé e da caridade, em perspectiva de esperança" (J. Libânio). Daí que para "acertar com a vontade de Deus o lugar privilegiado é o amor servicial ao pobre, ao pequeno, ao oprimido. Estes são seu rosto privilegiado na história, e estes são os que entendem o Reino. E, por isso, é aqui que está inequivocamente o lugar privilegiado e insubstituível para encontrar a vontade de Deus" (6). Se o discernimento é o critério que nos coloca na senda do Reino, esse deverá estar embasado no discernimento de Jesus. O Filho nos ensina que um dos critérios da práxis do amor é a "encarnação parcial". E "encarnar-se, para Jesus, não significou ubicar-se na totalidade da história, para dali corresponder à totalidade de Deus; sig-

nificou antes escolher aquele lugar determinado da história que fosse capaz de encaminhá-lo para a totalidade de Deus. E este lugar não é outra coisa que o pobre e o oprimido" (7). Sem dúvida, esse critério é a base fundamental para sustentar uma práxis que esteja em sintonia com a vontade de Deus e que receba ressonância entre o povo empobrecido.

No nosso contexto histórico, o Espírito de Jesus continua forçando os filhos de Deus (no caso, os religiosos) a discernirem na história. Ele paira em meio a um povo empobrecido e desesperançoso. Por isso, ser fiel a Deus, à luz do discernimento, implica em assumir uma radical solidariedade parcial, sem limites, corajosa e conseqüente, em favor dos "últimos da terra". "O centro de gravidade do discernimento do cristão é dado pelo *lugar social do pobre*. É o lugar privilegiado e normal do discernimento, se ainda não vivido e compartilhado fisicamente, em habitação, relacionamento humano, pelo menos em perspectiva e interesse. (...) A generosidade é a efetiva preferência pelo pobre. Somente a partir de tal pré-opção, é que todo discernimento pode ser feito em espírito evangélico. Uma comunidade ou província religiosa que não tivesse esta atitude não teria a condição prévia requerida para o discernimento e, por isto, suas escolhas apostólicas estariam viciadas na base. Isto explica porque muitos esforços de renovação de certas congregações não passam de paliativos e mudanças superficiais, não

atingindo a raiz mesma do problema" (8).

Hoje, ser carismático no contexto latino-americano é viver uma conversão social, uma dinâmica de generosidade, uma prática social da libertação dos pobres, sempre iluminado e orientado pelo discernimento evangélico. Entendendo que o "fundamental não é o discernimento, não é a nova percepção da realidade, mas a sua mudança, de modo que a nova consciência se 'verifique', 'se faça verdade' na realidade concreta e esta se exprima na nova consciência. O interesse fundamental é a transformação de uma situação, que, lida à luz da Revelação, se mostra anti-evangélica" (9). Isto é viver carismaticamente o compromisso com o Reino (Mt 6,33), a partir da interpelação do Espírito.

2.2 Compromisso com a opção pelos pobres

.. "Os pobres são nossos Mestres, os *Humildes* nossos Doutores" (S. Gregório de Nazianzo).

Todo religioso para ser autêntico na fidelidade a Deus e à sua vocação/missão, necessita viver e conviver junto à grande maioria, a qual se torna juízo de toda ação. Nenhuma prática religiosa-pastoral ou social, em nosso contexto de pauperização e injustiça, poderá ser carismática se não passar pelo critério de julgamento dos empobrecidos. Eles são os únicos capazes

de revelar claramente o pecado de cumplicidade e omissão diante de qualquer experiência evangelizadora; ou o pecado estruturado nas instituições ou estruturas da nossa sociedade (cf. Puebla, n. 1.159). Pode-se dizer que a realidade interpeladora, desafiadora e provocadora da vida e do mundo dos pobres favorece a conversão e a libertação do religioso do contato e do contágio destruidores do espírito evangélico.

O religioso que é "pobre por opção", para estar sintonizado com um serviço na força do Espírito, é convocado pela Palavra a experimentar uma opção firme, corajosa, irrevogável e imprescindível pelos "pobres por condição". Com certeza, só a solidariedade com os pobres e a luta contra a pobreza (luta pela defesa dos valores e a conquista dos direitos dos pobres) é o meio privilegiado para conquistar o desapego dos privilégios e das riquezas (cf. Mt 19,21).

Uma vida livre diante dos bens materiais torna o religioso apto e forte para prosseguir servindo em fidelidade ao Deus da Vida em "qualquer" atividade. É a capacidade de solidariedade, gratuidade, despojamento, liberdade, lançando o religioso no testemunho radical do evangelho, vale dizer, no compromisso com uma práxis carismática. Assim, a opção pelos pobres nos ensina que os verdadeiros "mestres e juizes" da vida religiosa são os pobres (10), e, por isso, tomar partido deles é reproduzir a atitude divina (carismática).

2.3 Construindo a justiça

“Deus emerge como ausente nas injustiças e ao mesmo tempo exigindo uma justiça a ser feita aos oprimidos” (L. Boff).

A opção carismática pelos pobres — clara, profética, solidária e libertadora (DP, n. 1.134) — é favorecida e realizada através da luta contra a injustiça. Na preocupação com a justiça assume-se um serviço com o objetivo de construir uma sociedade justa e fraterna. Como? A partir de uma prática carismática (pneumática) que desinverte as atitudes e compromissos anti-cristãos, vai-se assumindo uma *função* de agente do processo de libertação: criticando as dominações; desfeiticizando o sistema opressor; declarando-se ateu dos ídolos mortíferos; re-estruturando as instituições desumanas, etc.

Tudo indica que a solidariedade com os empobrecidos pela motivação evangélica, carismática, leva o religioso a descobrir a miséria e sua causa estrutural. Descoberta esta que o lança a compartilhar, cada vez mais, o destino dos pobres empobrecidos; e as exigências da justiça levam-no à denúncia de tudo o que nega os direitos humanos, ao mesmo tempo em que ele anuncia praxisticamente um projeto histórico mais humano e justo. É a paixão por Deus na compaixão pelos empobrecidos motivando e enraizando o religioso no compromisso pela justiça re-criativa, onde toda a criação vai sendo recriada no espírito do Criador. Descobre-se que amar ou encontrar a Deus e ser

amado por Ele consiste numa experiência assumida através da tri-lha e da luta em direção à justiça (cf. Is 1,17; Mt 23,23).

A vida religiosa ao optar por autocompreender-se e reinterpretar a sua missão na perspectiva dos pobres, necessariamente faz a experiência evangélica do que significa o “amor partidário e escandaloso de Deus pelos pobres em Jesus Cristo”. O que implica, no nosso contexto, numa ação solidária em prol da justiça em favor dos sedentos de justiça (cf. DP, n. 87). Com isso se compreende que a ação carismática não consiste apenas em prédicas e sentimentalismos, mas também em práticas, serviços (EPe 4,11). Ou seja: o carisma é dinamizado como “uma força dialética de transformação, desestruturação da fixação injusta” (E. Dussel), porque o amor *a e de Deus* é, hoje, obra da justiça para com os humilhados e oprimidos. É preciso saber que “a justiça é tão importante que sem o advento dela não existe advento do Reino de Deus. Sinal de que o Reino de Deus se aproxima e começa a morar em nossas cidades, é quando aos pobres se faz justiça, quando se propicia a sua participação nos bens da vida e da comunidade, quando são promovidos em sua dignidade e defendidos contra a violência a que o sistema econômico e político os submete” (11).

2.4 Gerar e promover a vida

Quando um religioso assume a opção pelos pobres e o compro-

misso com a justiça, ele está preocupado com um valor fundamental que é a VIDA. Sempre um agir cristão (= carismático) terá a vida a partir de um "discurso ético" (12). Ela passa a ser compreendida como um "valor em si mesma", como "um valor sagrado", como uma realidade que inclui o "conceito de qualidade" ("uma vida que tenha a qualidade e a dignidade de ser chamada humana"), como uma realidade ao mesmo tempo "pessoal, comunitário e ambiental". É mais. Dentro deste contexto de miserialização alarmante e titânica e de uma opressão permanente, sistemática e generalizada, a vida religiosa não pode vacilar em abraçar a defesa e promoção da vida. Os milhões de vidas sacrificadas pedem a garantia do direito à vida e aos meios básicos para a vida.

O testemunho carismático não pode conviver ou ser conivente com uma sociedade despreocupada, apática com relação ao direito à vida. Há que estar em sintonia com o que produz, mantém, enriquece e salva a vida, ao mesmo tempo em que se opõe a tudo que assassina, expulsa, limita e empobrece a vida. Viver no Espírito e segundo o Espírito é missionar, evangelizar em nome do Deus da vida que quer justiça para seu povo que é violentado até no direito de viver dignamente.

Todo carismático não poderá se omitir de ser verdadeiro gerador da vida, onde a vida é "soterrada" pelo império da discriminação, marginalização e dominação. Necessita-se fazer brotar a vida em meio a uma

situação onde ela sofre o apequena-mento ou o próprio desaparecimento.

A atividade em função da vida é realizada em nome do Deus da Vida, o qual tem como plano para todos os homens a vida em abundância (Jo 10,10). E saber-se conhecedor de Deus é não esquecer que: "será verdadeiro o Deus em nome do qual gera-se vida", vale dizer, será verdadeira a prática (ou o culto a Deus) pela qual se constrói e ressuscita a vida. A práxis carismática se manifesta através do compromisso com a vida, e jamais com a privação dessa (cf. Sl 82,1-4; 6-7; Ex 3,9-10).

2.5 **Trabalhando pela libertação integral**

A opção pelos pobres no compromisso pela vida cobra uma ação em prol da libertação integral, em vista de libertar o homem todo e todos os homens (DP, n. 480). Exigência de plenitude querida e esperada pelo povo, como se afirma: "Não se pense... que o povo se contente com a 'pequena utopia' (satisfazer as necessidades essenciais: comida, casa, vestuário, saúde básica e educação elementar), pois não se pode medir o povo pelos critérios da zootecnia. O povo deseja mais que ser apenas um rebanho bem nutrido e saudável. Mas nem mesmo a 'grande utopia', consubstanciada num projeto histórico (alternativo), pode satisfazer plenamente a alma popular. Pois o povo busca, na verdade, vida plena, isto é, libertação integral" (13).

Assumir a práxis libertadora (carismática) na ótica do pobre é trabalhar dentro da história com a perspectiva de historicidade e de eternidade, como enfatiza Puebla: "É uma libertação que se vai realizando na história, a libertação de nossos povos e a nossa própria pessoa e abrange as diversas dimensões da existência: o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações" (n. 483), e que projeta na eternidade (n. 193).

Cabe também salientar que a presença carismática em sustentação a esta libertação geral não se dá pela opção meramente compassiva, paternalista, assistencial. Não se nega o valor que ocorre ou pode ocorrer nessas atitudes. Porém, reivindica-se na opção pela libertação a definição pelo despertar dos empobrecidos para seus direitos fundamentais e para a "nobre luta pela justiça". A atividade carismática encaminha, promove a ação transformadora: efetiva e estrutural — penetrando na raiz da problemática social do pobre-empobrecido.

3. Desafios de vida para o religioso, hoje, no caminho carismático

Após termos apontado critérios que sintonizam e favorecem uma práxis carismática em nossa realidade, tentar-se-á agora delinear desafios práticos que poderão assumir ou exigirão esses critérios explicitados.

É a tentativa de mergulhar na vida, fugindo de toda abstração

que pode levar o religioso a ser infiel à própria história e ao Reino de Deus.

3.1 A experiência de inserção

Um desafio ao religioso preocupado com a força libertadora advinda da radicalidade evangélica é, a partir da opção de fé, assumir um processo de vida onde a vida religiosa vai sendo evangelizada e re-vivida, a começar da perspectiva dos empobrecidos. Decisão cristã/carismática que tem como implicações a descoberta-compromisso de novas formas e acentos de viver, compreender a vida religiosa, a Igreja e a sociedade. Abraçando uma vida radical o religioso vive o compartilhar, com-viver, co-laborar, através do processo de conversão, despojamento, re-nascimento (cf. Mt 19,21; Lc 9,23).

Essa experiência original e originária, nascida no chão do povo e para continuar "enraizada no chão da vida do povo", para ser alicerçada numa orientação fundamental de vida, deverá ser recebida e vivida como vocação, dom, obra da graça. Caso contrário, todo o missionar refletirá a imposição, artificialidade, ineficácia, fuga, apenas gesto comovedor de solidariedade, vanguardismo, etc.

Testemunhando carismaticamente a experiência de inserção em qualquer grau ou nível (níveis do interesse/causa, da experiência/prática e da encarnação) (14) o religioso experiencia um "des-centramento", uma ruptura com o passado, com os modelos de vida...

que freiam o parto do novo modo de ser religioso. A redefinição da vida histórica possibilita um êxodo, um deslocamento, crescente e global, em direção ao povo pobre — situação que acarreta a mudança do lugar físico e social (cultural, político e pastoral) e a mudança espiritual (“emigração interior”). É o colocar-se na periferia, na margem, vivendo-se um conseqüente despojamento, uma autêntica conversão que pouco-a-pouco abandona “concepções, gostos, práticas, estilo de espiritualidade”, planos, projetos, etc., defasados para um “novo modo de ser”. Tudo sem o espírito de superioridade, maniqueísmo, autojustificação, elitismo, como se pode afirmar: o religioso-inserido, impreterivelmente, é desafiado a encontrar *princípios* (“indicadores metodológicos”) para a sua ação pedagógica libertadora. Entre os princípios pode-se elencar os seguintes (15): “*princípio de realismo*” (“toda a ação junto às massas supõe uma visão clara da sua realidade e um respeito irrestrito ao seu ser e à sua cultura”), “*princípio de troca*” (“A pedagogia agente-massa deve fundamentar-se no intercâmbio, na influência recíproca”), “*princípio da adaptação*” (“O agente deve adaptar o seu ser ao ser das massas. Sem essa adaptação, não há diálogo possível”), “*princípio de não-elitismo, da dupla direção, ou do crescimento conjunto*” (“Trata-se de uma pedagogia recíproca. O papel das massas não é puramente passivo e a relação agente-massa não deve se efetuar em um único sentido. Agente e massa devem enriquecer-se recípro-

camente, cada qual conservando suas características próprias”), “*princípio do crescimento constante*” (“O agente deve trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente as camadas populares; seu intento não é trazê-las sob custódia, mas proporcionar-lhes condições para criar seus próprios intelectuais, seus agentes, seus líderes, e superar o senso comum”), “*princípio orgânico e passional*” (“partindo de um conhecimento profundo da religião popular, do senso comum, das concepções populares, o agente poderá forjar os instrumentos pedagógicos de sua ação. A relação dialética agente-massa deve conduzir a um vínculo verdadeiramente orgânico entre ambos. (...) Na falta de semelhante relação orgânica, o agente não constitui mais do que uma casta separada do povo.”). Ainda: a inserção “visa a *aliança* concreta e prática do agente com o povo e do povo com o agente, sempre em favor do povo. Ela tem sentido na medida em que permite a partilha e o intercâmbio das riquezas e serviços mútuos com vistas à libertação. Pois é a partir da inserção que o agente poderá descobrir seu próprio caráter de classe e se converter, compreender realmente as condições de existência e consciência do povo e contribuir afetivamente para seu crescimento. Por outro lado, é também a partir da inserção do agente no povo que este poderá elevar seu nível de consciência, organização e luta” (16).

Assim, o religioso vai auscultando e adentrando no seio da história do povo, ao mesmo tempo que

penetra na experiência do Espírito. Sente-se responsável em *lutar* para que todo o povo tenha “voz e voto”, direitos básicos garantidos e deveres exercidos; em *assumir* uma solidariedade com o pobre-empobrecido a ponto de contribuir pelo desmascaramento e condenação das estruturas corruptas, injustas, que causam a miserialização; em *conviver* através do “estar junto” com o pobre, aprendendo a riqueza da hospitalidade, generosidade, simplicidade, religiosidade, etc. Nessa experiência o religioso é despertado para as aspirações mais profundas de dignidade, justiça e fraternidade, frutos eminentes do Espírito. Realmente a inserção é uma profunda e evangélica redefinição da própria identidade do ser religioso. Acontece um definir não a partir do “poder, do reconhecimento oficial e das vantagens”, mas através duma “encarnação Kenótica” (Salvadora, libertadora) no meio ou ambiente dos que a sociedade excludente considera a escória, os párias, os perigosos, os marginais, os “porões da humanidade”. Por isso, a inserção dos “religiosos é mais do que uma solidariedade afetiva, é o compromisso real e efetivo com a causa e a luta dos pobres; compromisso este que só é possível por uma presença permanente (inserção) que, vivida como experiência de fé e interpretada à luz da análise crítico-científica (não ingênua) da realidade, produz uma verdadeira conversão: o religioso é capaz de reconhecer e dar nome à ideologia que mascarava até então a sua visão da realidade, e de abrir-se para uma compreensão da história e da

sociedade vistas *a partir da perspectiva* dos oprimidos. Não se trata de uma simples substituição de ideologias. A mudança de ‘lugar social’ é uma *opção de fé* através da qual se recebe a radicalidade evangélica do projeto religioso” (17).

Constata-se que a vida religiosa, a partir da indomesticabilidade da Palavra, está sendo reconduzida aos pobres e ao povo; e que a partir da realidade dos pobres está sendo refontalizada n’Ele. Experiência que recupera a força do testemunho carismático do religioso dentro de uma sociedade idólatra, autodestruidora e genocida. É um re-tomar e um re-fazer a prática de Jesus pela penetração no submundo dos pobres, para, a começar dessa ubicação, se que trabalhe pela destruição dos mecanismos de opressão e negação da vida. É mais, a inserção como “opção de vida em favor dos pobres, assumindo sua ótica e lutando por sua causa que é a transformação da sociedade numa linha de justiça” (Cl. Boff), introduz o religioso num agir carismático que o faz viver e crescer progressiva e evangelicamente no compromisso irreversível com o projeto de Deus.

Contudo, a inserção tem que apresentar certas *características* imprescindíveis (18). Ela deverá ser “*evangélica*” (A verdadeira inserção deve ser inspirada e orientada pela Boa-nova; Jesus se apresenta como o caminho, o modelo, a meta, a força de toda inserção libertadora/evangelizadora); “*apostólica*” (A inserção é justificada, compreen-

dida como um apostolado que responde às interpelações que vêm dos gritos dos oprimidos e injustiçados); “*expressão de uma missão*” (O compromisso de inserção deve ser algo mais do que uma “idéia própria”, aventurismo, vanguardismo); *transformadora* (a inserção reestrutura ou recria toda a realidade); *evangelizadora* (a vida-testemunho dos inseridos converte os próprios inseridos e o povo cristão — é um sinal provocador de conversões).

Estas características só serão contempladas, assumidas a partir de certas qualidades. O religioso (ou a comunidade religiosa) inserido, que vive em fidelidade no Senhor no seu carisma, procura assumir todo serviço à luz da “humildade e conversão”, da comunitarização de toda atividade, da compaixão evangélica pelo povo, da disponibilidade/solidariedade gratuita, da encarnação comprometida e comprometedora, da conscientização definida/clara de sua identidade... Destas qualidades depende a credibilidade do testemunho e a eficácia das atividades. Além disso, por detrás de toda ação revela-se uma tipologia do agente inserido — realidade com relação à qual o religioso deverá viver em contínua vigilância. Com facilidade cai-se no “populismo eclesial” (atitude de sacralizar o povo, como se este tivesse uma história ou consciência pura, incontaminável pela ideologia dominante), no “vanguardismo eclesial” (o agente considera o povo ignorante, incapaz, e se julga auto-suficiente), no assistencialismo ou reformismo inseqüente, etc. Por

isso, o religioso deve estar atento contra a *tentação* de se tornar (19): um “*agente erudito*” (proselitista, domesticador, massificador, atrelado à classe dominante); um “*agente progressista ou reformista*” (populista, elitista, cooptador da massa, massificador); um “*agente de vanguarda*” (desencarnado, “opção puramente abstrata ou pseudo-teórica”, elitista, imediatista, inconstante na prática, “revolucionário no discurso e retrógrado na prática”, “conservador sob vestes revolucionárias”); um “*agente paradoxal*” (“opta teórica e praticamente pelo povo”, respeita e assume a realidade do subalterno/oprimido, opõe-se à ideologia dominante, nem sempre escapa à tentação do elitismo — “prefere trabalhar mais com lideranças e pequenos grupos e nutre preconceito contra o trabalho entre as massas”); um “*agente religioso popular*” (geralmente realiza uma práxis espontânea ou parcialmente libertadora, muitos reforçam a ideologia dominante, nasce da massa e, via de regra, continua vinculado a ela, sofre o risco da cooptação pelos agentes do elitismo e da vanguarda); um “*agente autoritário*” (odeia e despreza o povo); um “*agente paternalista*” (o povo se torna dependente, com “*gratidão servil*”), etc.

O religioso que assume carismaticamente o seu carisma, não fica trabalhando graças ao poder da instituição religiosa, eclesial; não confia apenas na “própria intuição pastoral”; jamais manipula, subjuga, oprime, despreza o povo — “consolidando a divisão social que de-

termina a dominação das camadas privilegiadas sobre as camadas populares” (Frei Beto). Pelo contrário, o agente religioso vive uma identificação real e profunda a ponto de assumir a vida, a história, a prática, a causa, a luta, a esperança, do povo. Tudo a partir de um missionar onde se despertam, suscitam, ativam forças, serve-se gratuitamente, se encoraja, etc. É certo que, sem uma inserção real, o religioso “não terá condições de se desfazer de suas taras de classe; não poderá evitar o autoritarismo ou relações de dominação no exercício de seu papel pedagógico; e também não terá condições de assumir uma mística e uma metodologia realmente libertadoras” (20).

3.2 Uma pedagogia que liberta

Toda a atividade do religioso, junto ao povo pobre, para ser carismática tem que apresentar uma pedagogia não licenciada, autoritária, desrespeitadora. Para isso, a ação pedagógica tem que apresentar alguns elementos fundamentais, os quais favorecem a eficácia libertadora. Entre estes, salientamos (21):

- *Práxis pela realidade dialógica*: a presença do agente na história do povo cobra pela prática dialogal. Não se pode decidir, optar ou concluir *pelo* ou *para* o povo. Todos juntos deverão realizar uma reflexão coletiva, uma discussão participada por todos, uma opção assumida livre e conscientemente por todos — para que o endoutramento, o paternalismo, o poder instituído, a manipulação in-

justa, não venham surgir para destruir projetos ou compromissos que beneficiam o povo. A “autonomização” do povo é encaminhada pelo “intercâmbio de saberes”. Caso contrário, o povo pobre será mais uma vez peça de manobra dos agentes dominadores e prepotentes. Afirma o pedagogo: “A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de *pronúncia* do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.” “O diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza” (22).

- *Comunidade como fonte de re-estruturação das relações de opressão*: a comunidade deve ser sempre um espaço de redefinição das relações humanas, sociais. Para isso, a comunidade carismática defende e promove certos aspectos da vida comunitária importantíssimos, como:

- *Participação*: deve ser “maior possível de todos em todas as coisas que concernem a todos. Essa participação deve começar a partir de baixo para não deixar ninguém na marginalidade. Todos têm algo a contribuir...” (L. Boff). O ato de participar molda o sujeito no aprender a “dar e receber”, “falar

e escutar”, “agir e ser agido”, e assumir o seu lugar e função na transformação coletiva da história e da realidade.

— *Igualdade*: esta “resulta das formas mais englobantes possíveis de participação. Cada um diferente do outro, mas a participação impede que a diferença se transforme numa desigualdade; são as relações baseadas na igualdade de direitos e de dignidade que permitem o surgimento da justiça social” (Id.).

— *Diversidade*: esta deve se manifestar como “diversidade de participação e da igualdade” (Id.).

— *Comunhão*: como “capacidade do espírito humano de relacionar-se fraternalmente com os outros e de entrar em comunhão com Deus. Há no ser humano uma profundidade sagrada que encontra sua melhor expressão na força de comunhão desinteressada com os mais fracos e com o Transcendente” (Id.).

— *Solidariedade*: esta se dá pela união do povo em torno de um mesmo projeto sócio-popular, etc.

— *Mobilização*: “nela e por ela descobrem-se, assumem-se e enfrentam-se os desafios comuns” (Cl. Boff).

● *Serviçalidade gratuita e respeitosa em relação ao povo*: o compromisso com o povo tem que ser com um espírito acolhedor, sensível; com uma atitude positiva e solidária... Não cabe também a motivação de servir pela comiseração, pelo pietismo, pela condescendência. Vive-se uma atenção gratuita, amorosa e esperançosa, em relação

às coisas, realidades, manifestações, sonhos... que afloram da vida e do mundo do povo empobrecido. É o agente religioso carismático vivendo uma “posição hétero-centrada” em benefício do próprio povo. Sabiamente lembra o teólogo: “Sem amor ao povo, sem simpatia e bem-querer para com as pessoas do povo, não é possível um trabalho libertador. Para isso, importa um contato vivo com o povo. Só a partir daí pode se estabelecer com ele uma ‘conexão sentimental’ (Gramsci) que seja fecunda. Não raro se encontram agentes, mesmo religiosos, que alimentam muitas vezes inconscientemente um profundo desprezo pelos oprimidos, mesmo quando os ajudam com grande dedicação. Mas fazem-no por comiseração, vendo no outro um simples *objeto* de sua generosidade. Só a *compaixão*, como sentimento de identificação afetiva e efetiva profunda... vê no outro o *sujeito* de um direito, de que foi injustamente lesado, e reivindica o outro como igual a si.” (...) “Servir ao povo facilmente toma a forma de servir-se do povo. Viver pelo povo muitas vezes não passa de um viver *do povo*” (23).

Tudo indica que o religioso, para testemunhar o carisma no meio popular ou na ótica popular, tem que se converter para uma atitude de escuta e de ausculta, de sensibilidade e de disposição ao permanente aprendizado à crítica e re-estruturação da vida e da prática. Isto é o que significa estar servindo aos desservidos, amar os desamados, acolher os marginalizados e rejei-

tados, defender os injustiçados, sofrer com os sofredores — tudo através da humildade, do despojamento, da doação evangélica.

3.3 Articulação entre espiritualidade da libertação e prática da libertação

“Por trás de toda prática inovadora da Igreja, na raiz de toda teologia verdadeira e nova se esconde, latente, uma experiência religiosa típica” (L. Boff).

Na vida carismática na ótica do pobre, através do compromisso pela libertação, necessariamente a realidade relacional entre prática e espiritualidade tem que ser uma constante verificável. Na ação descobre-se que a “libertação necessita de prática e de espírito; ambas coisas, por sua essência, não são antagônicas, senão complementárias. Dito negativamente, espiritualidade sem prática de libertação é hoje puramente genérica, evangelicamente impossível e historicamente alienante; prática de libertação sem espírito é genericamente boa, mas concretamente ameaçada de degeneração, apequenamento e pecado. Dito positivamente, a espiritualidade necessita da prática de libertação para que o espírito tenha a base e o material correto no qual realizar-se evangélica e relevantemente na história atual; a prática necessita espírito para manter-se como prática de libertação dos pobres, fazer-se criativa e potenciadora de uma libertação cada vez mais abarcadora” (24). Esse vínculo de dependência, essa reclamação mú-

tua, entre espiritualidade e prática, não pode ser desprezado, negado e desacreditado pelo religioso que queira servir a Deus e à vida libertada, abundante e assegurada.

A exigência da articulação entre espiritualidade libertadora e prática libertadora é sentida e querida quando se está comprometidamente mergulhado na ação. A vida cristã (= carismática) constantemente sofre ataques dos “poderes” e “príncipes do mundo” que não aceitam o projeto de Deus para o povo. São ídolos mortíferos envenenando toda a realidade e desajudando os “bem-aventurados”. A partir do momento em que se assume a defesa dos perseguidos, a resistência é conhecida e sofrida. Por isso, todo agente que histórica e evangelicamente se define pelo processo libertador, transformador, tem que estar caminhando no Espírito e segundo o Espírito. Sem essa experiência espiritual toda motivação, coragem, força, se tornam insuficientes para suportar e superar as provações. Provações identificadas com projetos, propostas, práticas, que procuram ameaçar, viciar ou destruir qualquer atividade cristã.

Amar radical e desinteressadamente os pobres é loucura para o mundo e, por conseguinte, uma experiência muito exigente e criticada. Sem a refontalização no Espírito ou a potencialização adquirida de Deus, toda prática pode se desvirtuar para a manipulação, a injustiça, o interesse desumano, o desânimo. Sendo assim, o compromisso carismático tem que cuidar com atenção da ligação entre a

vida de compromisso libertador e a vida espiritual — como realidades que não se excluem, mas que se exigem mutuamente através de uma articulação real, permanente e profunda. Articulação que deverá ser cultivada e protegida à luz da encarnação no meio dos pobres. Eles são os únicos capazes de revelar todo pecado que nos afasta de uma vida carismática comprometida com o Reino e, ao mesmo tempo, nos dão a certeza de estarmos ou não em comunhão e comprometidos com Deus. Como se afirma: “No pobre, faz-se a experiência da proximidade do Reino de Deus. E é este Reino que nos impõe exigências de esperança, de práticas de caridade libertadoras, de decisões urgentes e inadiáveis. No pobre, Deus é experimentado na sua indestrutível realidade de Transcendência na imanência, de presença ausente, de proximidade que se nos escapa e que não pode ser aprisionada. Pois o pobre é, ao mesmo tempo, o amado de Deus, o privilegiado de Deus, aquele a quem o Reino de Deus se dirige prioritariamente — sinal, portanto, da presença de Deus, de sua Transcendência agindo — e também fruto da injustiça, do pecado social, da criação de decisões egoísticas dos homens — sinal da ausência de Deus, tomada de distância da parte dele. O pobre enquanto amado de Deus é sinal do *já* do Reino, que está perto, aí onde está o pobre; o pobre é também sinal da distância, do *ainda não* do Reino, pois sua existência denuncia o pecado, a injustiça, a falta de fraternidade. Na sua paradoxal condi-

ção — amado de Deus e fruto da injustiça —, o pobre mediatiza a experiência do Deus da Vida. Pois o Deus da Vida se faz próximo do pobre para que ele viva, e a não-vida do pobre revela pela via do contraste a Deus como vida. “No processo de libertação, percebe-se, experimenta-se como, em última instância, a ação salvífica de Deus acontece na história. Deus emerge como evento de sentido, de esperança e de futuro, precisamente para quem se empenha no movimento de libertação. E quanto mais inviável se nos parece a saída libertária, mais se nos abre o campo da esperança, da experiência de um Deus que não abandona seu Filho na cruz” (25).

Certamente, o religioso que quiser ser carismático pelo seu trabalho, terá que vivenciar um compromisso com os empobrecidos, fazer corpo com suas lutas e esperanças — isto é, estar em sintonia com a Boa-nova e viver o seguimento do Cristo pobre. Ou seja: hoje “toda experiência espiritual significa um encontro com um rosto novo e desafiador de Deus, que emerge dos grandes desafios da realidade histórica. (...) O homem capta um rosto novo de Deus porque Deus assim se está revelando. Ele coloca seus sinais sacramentais, escolhe seus emissários, faz criar um discurso adequado e incita a práticas conseqüentes. E sempre haverá espíritos atentos que saberão identificar a nova voz de Deus e ser fiéis a suas interpelações” (26). É o homem espiritual sendo “parido” a partir de uma vida cristã onde a es-

piritualidade “confere unidade à relação fé-vida, mística-política” (27), vale dizer, a paixão pelo projeto do Deus da Vida se une com a compaixão pelos empobrecidos e oprimidos — é uma única experiência. Terminando, pode-se dizer: o traço marcante da Espiritualidade é saber experienciar Deus *na* ação, *dentro* da ação e *com* a ação (28), o que a faz ser viva, verdadeira e libertadora.

3.4 Viver a dimensão profética

Toda vida carismática em nossa realidade está vocacionada a viver o pólo do profetismo. E pensar a vida religiosa é concebê-la como intérprete e servidora da vontade de Deus a partir de uma ruptura com toda dominação, marginalização, ao mesmo tempo em que a identifica com um compromisso recriador de toda a realidade. Como profetas, os religiosos “são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e da história de seu povo, dos dominados do seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles, mais do que adivinham, realizam” (P. Freire).

A partir da perspectiva dos empobrecidos, vive-se uma solidariedade coerente e concreta, através do caminho da luta pela justiça e do compromisso pela libertação. E mais. Esta identificação com a história e a causa dos que sofrem se torna uma das fontes de “revitalização” do carisma profético (29),

e uma grande marca do profetismo da vida religiosa. É a ressurreição da verdadeira vida religiosa.

Sem dúvida, vir a ter uma vida carismática junto ao povo implica em ser profeta. Profeta por vivenciar uma *atitude crítica* ao se opor a toda injustiça contra o povo, e um “*testemunho da escatologia*” — “o religioso... quer mostrar como é possível viver, já neste mundo, o que será a vida futura. A Vida Religiosa instaura um estilo de vida o mais semelhante possível ao da vida bem-aventurada. É uma espécie de ‘maquete’ da vida futura” (30). Com isso, o religioso “recorda, reaviva a aliança” para que o povo seja fiel ao Deus da Vida; e jamais viva a idolatria contemporalizando com os opressores, adulando os poderosos e “cultuando” os omissos e cúmplices do genocídio contra o povo. Enfim, o grande desafio é interpretar praxisticamente o homem profético que delinea o seguinte traço: “com lucidez crítica denuncia os mecanismos criadores de opressão, detecta os interesses excusos que se escondem por detrás dos projetos dos grupos dominantes, anuncia por palavras e práticas o ideal de uma sociedade de irmãos e de iguais e não negocia jamais com a verdade” (31).

3.5 Assumir um projeto Utópico

“Somos gente nova vivendo a união, somos povo semente de nova nação” (canto: Baião das comunidades).

No serviço em prol da libertação do povo todo religioso necessita es-

tar apoiado em princípios que motivam, discernem e inspiram a sua ação concreta. Constantemente há o risco de alienação da práxis. Ao comprometer-se, carismaticamente, com um projeto histórico, é imprescindível a dimensão utópica. Esta será “força de atração” e “crítica permanente” para superar todos os entraves sociais, ideológicos que impedem a conquista do idealizado, acreditado e sonhado — “A utopia como princípio, converte-se assim em condição necessária para a libertação total” (E. Krotz) (32). A utopia realiza a função de dinamizar ao incentivar uma permanente crítica construtiva à realidade vigente e propor uma alternativa. Por isso, o utópico não é sinônimo de ilusão, irracional, irrealizável, inconsistente, mas de uma “dimensão constitutiva” do processo de libertação — como se sustenta: “a utopia constitui-se na *mediação* adequada entre a fé e a práxis de transformação da realidade. Nem a fé nem a teologia proporcionam diretamente critérios e normas concretas de ação política. A relação necessária entre fé e práxis concreta articula-se por meio da utopia, de um *projeto histórico* do homem novo numa sociedade diversa. Entre os três níveis de libertação, intimamente ligados entre si, o nível utópico-histórico atua como elo entre o nível sócio-político da libertação e a libertação do pecado ou nível teológico” (33).

Constata-se que trabalhar na ótica dos empobrecidos é traduzir a esperança utópica (= escatológica) de plena vida para o homem todo

e todos os homens; em esperanças históricas (p.e., no âmbito da saúde); vale dizer, conquistar a “*pequena utopia* de todos comerem pelo menos uma vez ao dia, a *grande utopia* de uma sociedade sem exploração e organizada na participação de todos, e finalmente a *utopia absoluta* da comunhão com Deus numa criação totalmente redimida habitam o coração daquele que se compromete por uma libertação integral” (34).

Todo religioso que souber alimentar a utopia que esteja em sintonia com o projeto de Deus, encontrará a vida carismática que o colocará na trilha da verdadeira libertação. Libertação que o fará livre das estruturas e ilusões impostas pelo sistema, a fim de ser livre para amar e construir em favor dos pobres o novo céu e a nova terra; libertação que será realidade numa “sociedade de irmãos e de iguais”, onde a vida abundante e assegurada é defendida e promovida — “Uma nova e arrasadora utopia da vida, onde ninguém possa decidir pelos outros, até a forma de morrer; onde deveras seja certo o amor e seja possível a felicidade e onde as estirpes, condenadas a cem anos de solidão, tenham por fim e para sempre uma oportunidade sobre a terra” (G. Garcia Márquez).

3.6 Re-inventar carismaticamente a prática

Um grande desafio para a vida religiosa é encarnar o carisma. É a tentativa de descobrir o modo de

coordenar, animar, encaminhar junto ao povo uma experiência que favoreça a libertação do homem e a construção de uma sociedade nova. Uma ação carismática onde o povo pobre não seja substituído, discriminado, preterido, subjugado, na práxis pastoral ou social — é a consciência, a prática, a reflexão, a organização, como obra comunitária e coletiva.

Para isso, deve-se re-inventar a ação para que ela seja: popular, criativa, participativa e transformadora (= libertadora). Do contrário, cai-se no dirigismo, centralismo, populismo, vanguardismo, etc., e o povo não será despertado, motivado, convocado, mobilizado, estruturado, para ser o sujeito da sua própria libertação — “o povo é, em última instância..., juiz de seus interesses e ele é também o agente principal (não único) de sua execução” (Cl. Boff).

O religioso, como agente, é chamado e enviado para servir a partir da humildade, do despojamento, da sensibilidade, como aquele que compartilha, apóia e incentiva as lutas e as esperanças do povo. Assim, as “ações autônomas” (ajudas mútuas que acontecem entre o povo — p.e., mutirão), as “ações de protesto ou de reivindicação” (p.e., greves, marchas), as “ações

de organização” (p.e., criação de um centro comunitário de saúde), as “ações partidárias”, etc. (35) que emergem do meio do povo, são acompanhadas, discernidas, justificadas, defendidas em nome dos direitos inalienáveis de qualquer povo. E mais. A presença do agente religioso contribui para que as ações não enveredem pelo caminho do anti-reino. A partir da fé acontece a articulação em torno das questões que os pobres encontram na sua história — essa fé infunde entusiasmo em vista de uma ação que ouve e se posiciona cristãmente diante do grito do oprimido. Dá-se uma atitude firme com referência à justiça social, a qual é imperativo para assegurar a vida para a grande maioria.

Acreditamos que ser carismático em nossa história é também fazer germinar uma prática onde se socializa o poder, o ter, o saber, o ser, para que assim se construa uma convivência eclesial, social, de acordo com o princípio evangélico do amor (= justiça). Nega-se o elitismo, a imposição, a prepotência, a discriminação, a opressão, a desigualdade, e faz-se emergir a fraternidade do Reino. Onde todos poderão participar da riqueza do espírito e do fruto do serviço carismático que assume e reflete as promessas das bem-aventuranças.

NOTAS

(1) “Cristianizar a Vida Religiosa é o esforço de reconduzi-la ao ‘centro’, recuperar a liberdade do Espírito, voltar ao evangelho como critério absoluto e

definitivo sobre todas as tradições derivadas; é interpretar a situação atual e o destino da Vida Religiosa à luz da estrutura normativa de toda existência

cristã: encarnação, morte e ressurreição" — C. PALÁCIO, *Vida religiosa inserida nos meios populares*, p. 31. (2) J. SOBRINO, O seguimento de Jesus como discernimento cristão, *Concilium*/139 (1979)9: 17. (3) J. M. CASTILLO, *El discernimiento cristiano — por una conciencia crítica*, p. 54. (4) *Ibid.*, pp. 66-67. (5) T. MIFSUD, *Moral de discernimiento*, t. IV, p. 268. (6) J. SOBRINO, *o.c.*, p. 20. (7) *Ibid.*, p. 22. (8) J. B. LIBÂNIO, *Discernimento e política*, *Voices/CRB*, pp. 36-37. (9) *Ibid.*, p. 14. (10) Cf. J. B. LIBÂNIO, Os pobres, nossos mestres e juízes, *Grande Sinal*, 7(1982):547-564. (11) L. BOFF, O cristão e a luta pela justiça, *Convergência*, Set(1980): 427. (12) Cf. T. MIFSUD, *o.c.*, Tomo II, pp. 3-4. (13) J. PIXLEY e Cl. BOFF, *Opção pelos pobres*, *Voices*, p. 242. (14) Cf. BOFF, Os pobres são nossos mestres, in *Formação para a vida religiosa hoje*. CRB/1982 — inclusive o autor comenta a inserção nas várias fases: afetiva, prática, local, cultural e espiritual. (15) Os princípios citados foram retirados de: J. J. QUEIROZ, Por uma caracterização do agente religioso — princípios para a ação, in *VVAA, A Religiosidade do povo*, Paulinas, 1984, pp. 189-191. (16) Cl. BOFF, *Como trabalhar com o povo*, *Voices/lbase*, p. 36. (17) C. PALÁCIO, *Vida religiosa inserida nos*

meios populares, CRB/1980, p. 22. (18) Cf. P. ARRUIPE, *Vida religiosa e inserção no mundo*, *Convergência*, Jun (1979): 265-286. (19) Quase todas as tipologias retiramos de: J. J. QUEIROZ, *o.c.*, pp. 183-188; cf. Cl. BOFF, *Como trabalhar com o povo*. (20) Cl. BOFF, *o.c.*, pp. 31-32. (21) Cf. *Ibid.*, pp. 60-66; L. BOFF, *Liberdade e libertação*, *REB*, Dez (1987): 858-859 — essas obras nos inspiraram nas reflexões que seguem. Cf. H. de SOUZA, *Construir a utopia*. *Voices*, 1987. (22) P. FREIRE, *Pedagogia do oprimido*, Paz e Terra, pp. 95 e 197. (23) Cl. BOFF, *o.c.*, pp. 40 e 46. (24) Cf. J. SOBRINO, *Liberación con espíritu*, Sal Terrae, 1985, p. 42. (25) J. B. LIBÂNIO, *Teologia da libertação — roteiro didático para um estudo*, Loyola, 1987, pp. 111-112. (26) L. BOFF, *Vida segundo o espírito*, *Voices*, p. 173. (27) *Ibid.*, p. 177. (28) *Ibid.*, p. 175. (29) Cf. J. B. LIBÂNIO, O papel profético da vida religiosa, em *Convergência*, Jul-Ago (1986):341-342. (30) D. BRUNELLI, *Profetas do reino*, CRB/1986, p. 93. (31) L. BOFF e Cl. BOFF, *Como fazer teologia da libertação*, p. 130. (32) Citado por F. M. REJON, *Teologia moral a partir dos pobres*, p. 154. (33) *Ibid.*, pp. 154-155. (34) L. BOFF e Cl. BOFF, *o.c.*, pp. 131-132. (35) Cf. Cl. BOFF e J. PIXLEY, *Opção pelos pobres*, *Voices*, p. 238. □

Quem ainda não experimentou?

Bíblia — “Eu vi, eu vi a miséria de meu povo... Ouvei o seu clamor por causa de seus opressores. Conheço as suas angústias. Por isso descí a fim de libertá-lo e fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e vasta...”, Ex 3,7-8.

Leitor — Vi, ouvi, conheço, descí! Deus é SENSÍVEL. Ele sente. Vê nossa angústia, nossa miséria, nosso pecado, nossa culpa, nossa maldade. Ele ouve nossa oração, nosso pedido, nossa súplica, nossa impetração, nosso grito por socorro. Ele sabe de nossa luta por fidelidade, de nosso sangue para provar o amor. Ele se envolve conosco. Age em nós e por nós. Quem ainda não experimentou tudo isto? (Pe. Marcos de Lima, SDB).



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de maio de 1989

No livro **ÉTICA: do mundo da célula ao mundo da cultura**, Goffredo Telles Júnior, por 45 anos catedrático da Faculdade de Direito da USP, sustenta que descobertas científicas recentes apontam para a necessidade da ética levar em conta certos conhecimentos ainda específicos da biologia. As interações dos patrimônios genéticos com fatores ambientais são decisivos para a adaptação ou desadaptação dos seres vivos ao meio em que estão. As espécies que se comportam **BEM**, adaptam-se; **as que se comportam MAL acabam por desaparecer**. Há, portanto, discriminação genética entre bons e maus comportamentos. Destas premissas, muita conclusão. Aqui, sublinho esta: politicamente, um consolo. Há espécies políticas que devem sumir.

O que se lê nos noticiários, com repercussão no espaço do debate público, **é deprimente**. Exemplificando. (i) ORGIAS, com apetite pantagruélico, em gastos inúteis, uma peripatética festança, aqui e ali, cá e acolá. (ii) CONGRESSO, agência de empregos de concepção familiar, pendurando parentes e aderentes. (iii) A arrogância administrativa coroada politicamente. (iv) Idéia de que a lei tem dois pesos e duas medidas. Aplica-se contra o mais fraco e acoberta, com a impunidade, o mais forte. (v) Falas ambivalentes, uma para fora, outra para dentro. (vi) HÁBITOS arqueológicos escondidos no subsolo da burocracia que não deixam a confiança na lei se consolidar. (vii) O sofisma do homem público que aceita como equivalentes o LEGAL e o LEGÍTIMO, eliminando a dimensão ética e se condenando ao apodrecimento. (viii) PARLAMENTARES que se destacam dos cidadãos marcando, como prestígio, a diferença com sentido de privilégio que o ego representativo os agraciou... E a metástase está por todo lado. São sombrios os meandros do sistema. E **nada como a sombra para sancionar a imoralidade**. O lamaçal vai além da tolerância máxima. Assim, minha terra provoca desgosto e descrença e me aterra!

O privilégio, em causa própria, e os benefícios e as vantagens desfrutados, com exclusividade, podem **PARECER** legais, mas lhes falta a legitimidade. A legitimidade não está no ato formal de sua aprovação. Está no fundamento moral que os tenha inspirado. **Nenhum privilégio pode invocar em sua defesa a legitimidade formal**. É risível, portanto, o argumento de que é legal. Não é por aí que se sai do atoleiro. Ser legal, neste caso, não é ato de legítima defesa mas agressão moral à vida, pessoal e social, organizada com o mínimo de respeito à lei. Cortar nos próprios privilégios é **mortificação cívica inarredável** sobre ser ato de coragem e lucidez política. Crie, pois, a consciência política e moral dos parlamentares instituições superiores ao que se vê e se prevê nas Leis e na Constituição. Este é o desafio para o homem público: Pensar com grandeza e decidir sem privilégios.

Sem uma indispensável obra de saneamento cívico, sem um novo padrão de comportamento político, não haverá confiabilidade, nem convicção, nem postura de dignidade, mas simulação apenas. Como escreve René Dumont, **é urgente um "ajustamento da face humana"**. O passado não pode condicionar irremediavelmente o futuro. Um país que se pretende gigante econômico não pode permanecer anão político. **A ética é pressuposto essencial**. É o fundamento da sobrevivência do indivíduo e da sociedade. Sua ausência perverte o poder e quem o exerce. Nunca será possível dar férias à moralidade. Ética, princípio que não pode ter fim.

Religioso(a), a vida não dá saltos. Sua marcha configura uma linha sinuosa como trilha de excursionista em alta montanha. Há um longo caminho a percorrer para o resgate do discurso de uma moralidade **vivida**. Do sonho que os antecede ao registro que os sucedem, a mudança e a conversão progridem por caminhos tortuosos, mas que vão se retificando até transformar a idéia original em fato histórico. Por isso, **FÉ e LUTA**, pois do nada, coisa nenhuma. Não perder a capacidade de indignar-se. **Clareza de idéias, energia e firmeza de ação**. Quem viver, verá os frutos deste clamor público, deste estado emocional coletivo, nunca apaziguável, entre sociedade e anti-sociedade.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, sempre ao seu inteiro dispor, com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB